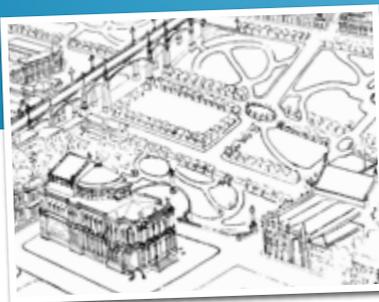


apartes

NÚMERO 22 - SETEMBRO-DEZEMBRO/2016

SP DO FUTURO

Especialistas projetam
a cidade dos próximos
14 anos nas áreas de
mobilidade, conhecimento,
desigualdade, gestão e
sustentabilidade



SP do passado

No início do século 20, projeto transformou o Vale do Anhangabaú

Pressão alta

Iniciativas combatem avanço do número crescente de hipertensos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Mesa Diretora

Presidente: Antonio Donato (PT)
1º Vice-Presidente: Milton Leite (Democratas)
2º Vice-Presidente: Edir Sales (PSD)
1º Secretário: Adolfo Quintas (PSD)
2º Secretário: Adilson Amadeu (PTB)
1º Suplente: George Hato (PMDB)
2º Suplente: Eduardo Tuma (PSDB)
Corregedor: Dalton Silvano (Democratas)

Vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016)

Abou Anni (PV), Adilson Amadeu (PTB), Adolfo Quintas (PSD), Alfredinho (PT), Andrea Matarazzo (PSD), Anibal de Freitas (PV), Antonio Carlos Rodrigues (PR), Antonio Donato (PT), Ari Friedenbach (PHS), Arselino Tatto (PT), Atilio Francisco (PRB), Aurélio Miguel (PR), Aurélio Nomura (PSDB), Calvo (PDT), Celso Jatene (PR), Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PP), Dalton Silvano (Democratas), David Soares (Democratas), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB), George Hato (PMDB), Gilson Barreto (PSDB), Jair Tatto (PT), Jamil Murad (PCdoB), Jean Madeira (PRB), Jonas Camisa Nova (Democratas), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS) - licenciado, Mario Covas Neto (PSDB), Milton Leite (Democratas), Nabil Bonduki (PT), Natalini (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), Noemi Nonato (PR), Ota (PSB), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT), Paulo Frange (PTB), Pr. Edemilson Chaves (PTB), Quito Formiga (PSDB), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PROS), Ricardo Young (Rede), Rodolfo Despachante (PHS) - suplente em exercício, Salomão Pereira (PSDB), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Souza Santos (PRB), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Vavá (PT), Wadih Mutran (PDT).

Expediente

Editor executivo: José Carlos T. de Camargo Filho
Elaboração: CCI.3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Editor: Sândor Vasconcelos
Editora assistente: Gisele Machado
Repórteres: Fausto Salvadori Filho e Rodrigo Garcia
Editoração e arte: Elton Jhones Pereira, Erick Paulino de Souza, Leonardo Pedrazzoli e Rogério Alves
Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência
Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha e Marcelo Ximenez
Apoio e expedição: Bruno Ribeiro
Mídias sociais: Livia Tamashiro
Estagiários: Alyne Scarpioni, Carlos Mendonça, Caroline Pereira, Julia Gemignani, Luana Maciel e Matheus Briet
Unidades de apoio: Procuradoria da CMSP
Secretaria Geral Parlamentar - SGP
Secretaria de Documentação - SGP.3
Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
Secretaria de Infraestrutura - SGA.3
Equipe de Garagem e Frota - SGA.3
CTP, impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Capa: Montagem sobre foto de ThePhotographer/WikimediaCommons (imagem maior) e Acervo CMSP (imagem menor)

*Sua opinião é
muito importante para a
construção deste veículo
de comunicação pública*



Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br



Siga:
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)



Curta:
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)



Visite:
www.camara.sp.gov.br/apartes

apartes

Revista Apartes – Palácio Anchieta

Viaduto Jacareí, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista
São Paulo - SP - CEP 01319-900
Tel.: (11) 3396-4206 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br/apartes

Tiragem: 16.000 exemplares

Fechamento desta edição: 2/12/2016

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br/apartes.



Considerado o primeiro urbanista do País, o engenheiro Augusto Carlos da Silva Telles foi também vereador em São Paulo e, nessa condição, deu o pontapé inicial na urbanização do Vale do Anhangabaú. Em 1906, ele se incomodava com o fato de os futuros frequentadores do Theatro Municipal, ainda em construção, serem obrigados a ver os fundos das casas da Rua Líbero Badaró repletos de sujeira.

Por isso, propôs uma solução: transformar o Vale em um parque. Foi o começo da discussão sobre o que fazer com o local, que, na década de 1920, transformou-se em um dos endereços mais elegantes da cidade. Essa polêmica envolvendo o Anhangabaú é contada na reportagem *Vale da discórdia*, na seção Desarquivando desta edição.

Se há mais de cem anos o vereador Telles mudou radicalmente uma parte da cidade, neste ano vereadores, especialistas de diversas áreas do conhecimento e representantes de movimentos sociais juntaram-se para olhar para o futuro e desenhar uma cidade com menos desigualdade, mais conhecimento e sustentabilidade, além de melhores soluções de mobilidade. O resultado desse debate, chamado SP 2030, está na matéria de capa, *Projetos para a metrópole*.

Outra das grandes questões para a capital paulista e demais grandes centros resolverem é a segurança alimentar, tema da seção Com a Palavra, que nesta edição entrevista André Luzzi, especialista no tema e membro da Ação da Cidadania, ONG criada pelo sociólogo Betinho. Para ele, há em nossa sociedade uma sobreposição entre a má alimentação e a ausência de alimentação.

Ainda no assunto alimentação, a reportagem *Pressão nas alturas* mostra como o consumo inadequado de comida leva a doenças como a hipertensão. Esse mal aumentou muito nos últimos anos e já atinge mais de 20% dos paulistanos. O poder público tem tomado medidas para reagir à situação, mas há ações que podem ser realizadas pelos próprios cidadãos, e o texto traz várias sugestões para quem quer repensar os hábitos.

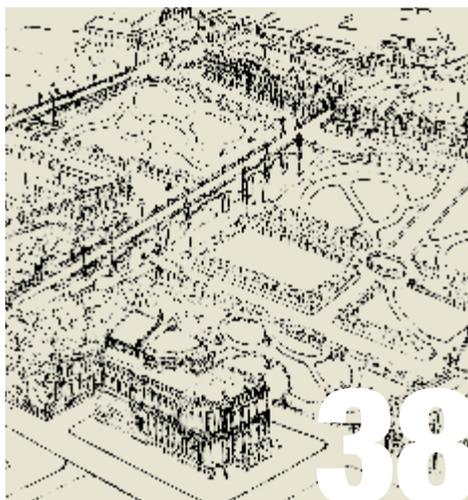
No perfil deste número, a revista traz a trajetória de Ephraim de Campos, médico de carreira consolidada que aos 50 anos decidiu ser vereador para denunciar os abusos do governo no auge da ditadura militar. A ideia de contar essa história de coragem surgiu de uma parceria com a Equipe de Arquivo Geral da Câmara, que encontrou documentos internos sobre o político e enviou à **Apartes**, como sugestão de reportagem. A elaboração contou também com a participação do Centro de Memória da CMSP.

Quer receber a **revista Apartes** em casa, gratuitamente?



Basta acessar
www.camara.sp.gov.br/apartes
e preencher o cadastro.

apartes
Revista da Câmara Municipal de São Paulo



SUMÁRIO

3 Palavra do Presidente

6 Notas

8 Com a palavra
André Luzzi

12 CMSP 360°
8 leis propostas pela CMSP
presentes no seu dia a dia

14 Saúde
Pressão nas alturas

20 SP 2030
Projetos para a metrópole

30 Perfil » Ephraim de Campos
Médico dos ricos, voz dos pobres

38 Desarquivando
Vale da discórdia



O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Theatro Municipal foi aprovado em 20 de outubro, pela maioria dos vereadores integrantes. O documento responsabiliza o secretário de Comunicação da Prefeitura, Nunzio Briguglio, o maestro e ex-diretor do Theatro John Neschling, o ex-diretor da Fundação Theatro Municipal José Luiz Herência e o ex-diretor do Instituto Brasileiro de Gestão Cultural (IBGC) William Nacked por “contratações irregulares e pelos prejuízos apurados na Fundação Theatro Municipal e no IBGC”. Eles são acusados de terem participado de um esquema que desviou milhões de reais dos cofres públicos.

“As provas que conseguimos são concretas e fizemos o nosso

trabalho dignamente para melhorar a gestão dos recursos públicos”, declara o presidente da CPI, vereador Quito Formiga (PSDB). Durante as investigações, foram analisados cerca de 3 mil documentos. O relatório aprovado não foi o elaborado pelo relator Alfredinho (PT), mas um documento apresentado em separado por Ricardo Nunes (PMDB). Também participaram da Comissão a vice-presidenta Sandra Tadeu (Democratas), José Police Neto (PSD), Paulo Frange (PTB) e Salomão Pereira (PSDB). Os relatórios estão disponíveis no Portal da Câmara (www.camara.sp.gov.br/comissao/comissoes-parlamentares-de-inquerito-cpis/cpi-do-theatro-municipal).

Bombeiros e GCMs são homenageados na Câmara

O Prêmio Coronel Hélio Barbosa Caldas, que homenageia os bombeiros que mais se destacaram em suas funções na cidade, foi entregue na Câmara Municipal em 29 de agosto. As Salvas de Prata foram concedidas a cinco bombeiros, indicações do Comando Geral da Polícia Militar.

Os homenageados foram o segundo-tenente da PM da reserva Gerk Sullivam Luiz de Carvalho Silva, o capitão da PM Robson Dias Pereira, a primeira-tenente da PM Daniela Santos Oliveira, a cabo da PM Ilma de Lima Francisco e o cabo da PM Paulo Roberto de Abreu.

O prêmio lembra as missões do Coronel Hélio Barbosa Caldas, que atuou ativamente pelo Corpo de Bombeiros durante os incêndios do Edifício Andraus, em 1972, e do Joelma, em 1974.

Já a Medalha Jânio Quadros foi entregue na CMSP em 15 de setembro a Guardas Cíveis Metropolitanos (GCMs), militares e personalidades da sociedade civil que se destacaram em ações benéficas para a cidade. Foram 90 homenageados. As indicações são feitas pelo comandante-geral da GCM.

CMSP oferece visita guiada às obras de arte de sua sede

O Centro de Memória da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) oferece à população, desde 21 de setembro, um programa de visita orientada às pinturas e esculturas do Palácio Anchieta, sede da instituição. Por cerca de duas horas, os visitantes aprendem sobre a relação entre fatos marcantes da história de São Paulo e as obras de pintores como Cândido Portinari, Benedito Calixto e Clóvis Graciano, entre outros. O agendamento pode ser feito pelo e-mail programadevisita@camara.sp.gov.br.



Projeto de incentivo à poesia vence o Prêmio Paulo Freire

O Prêmio Paulo Freire de Qualidade do Ensino Municipal, criado pela CMSP para estimular iniciativas que melhorem o processo de ensino-aprendizagem, foi entregue em 2016 ao projeto "Círculo literário de Itaquera: a poesia que fazemos, a poesia que somos", coordenado por Daniel Carvalho de Almeida. Ele recebeu a Salva de Prata em 19 de setembro, dia do nascimento de Paulo Freire, patrono da educação brasileira.

Em segundo lugar ficou o trabalho Alegrias de quintal, da Escola Municipal de Ensino Infantil (Emei) Jardim Monte Belo. Na terceira posição ficou o projeto "Democracia se constrói nas escolas e no território com consciência política e participação", da Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Doutor Sócrates Brasileiro. Outras sete iniciativas receberam a menção honrosa.

Ricardo Rocha/CMSP



Vlado vitorioso celebra a luta pelos direitos humanos e pela democracia

Câmara inaugura estátua de Herzog

A estátua *Vlado vitorioso*, em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog, foi inaugurada na praça que leva seu nome, em 25 de outubro. A data lembra o dia em que Vlado foi assassinado pela ditadura, em 1975, o que o tornou um símbolo da luta pelos direitos humanos e pela democracia. A cerimônia teve a presença de vereadores, de Clarice e Ivo Herzog (viúva e filho do jornalista) e de Elifas Andreato, criador da obra feita a pedido da ONU, em comemoração aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A praça fica ao lado do Palácio Anchieta e abriga também um mosaico reproduzindo o quadro *25 de outubro*, de Andreato, feito pela ONG Projeto Âncora.

Maçons recebem Medalha José Bonifácio

Os maçons que se destacaram em ações sociais na cidade receberam, em 5 de setembro, a Medalha José Bonifácio e o Diploma de Reconhecimento da Câmara Municipal de São Paulo. Os homenageados foram Antônio Carlos Galdino, Francis Ricardo Bassi de Melo e Nelson Luiz Frare, da loja Grande Oriente de São Paulo; Eduardo de Freitas, Henrique Alexandre Getúlio de

Barros e Nelson Bárbaro, da loja Grande Oriente Paulista; e Abrão Bernardo Zweiman, Albery Martins e Silva e Reinaldo José Gonzalez Gomes, da Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo.

Entre as ações premiadas estão distribuição de cadeiras de rodas, muletas e andadores, inserção de jovens carentes no mercado de trabalho e distribuição de cestas básicas.

Reportagem da *Apartes* é finalista do Prêmio Abear de Jornalismo

A reportagem *O voo do João Barros*, de Gisele Machado, publicada na edição 19 da *Apartes*, ficou entre as cinco finalistas do Prêmio Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) de Jornalismo 2016,

na categoria Experiência de Voo. A vencedora dessa categoria foi a reportagem *Crianças a bordo, viagem de avião sem ter complicações*, feita por Ana Paula da Costa Gaspar para a agência Radioweb.

ERRATA

No Recado da Redação da edição 21, houve um erro no ano da morte do ex-vereador Rogério Farhat. Ele morreu em 2014, e não em 2008. Na mesma edição, no perfil de Farhat, o nome correto do deputado estadual com quem ele trabalhou é Nabi Abi Chedid, e não Nabil Chedid.

André Luzzi

Para especialista em segurança alimentar, o mercado de alimentos prejudica a saúde, a cultura e as relações entre pessoas

Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br

Quando a ONG Ação da Cidadania surgiu, em 1993, capitaneada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, a palavra de ordem era o combate à fome e à miséria. Nos anos seguintes, a luta contra a fome passou a ser travada em uma batalha mais ampla, chamada segurança alimentar.

Membro da Ação da Cidadania e especialista no tema, André Luzzi de Campos afirma que a segurança alimentar enxerga o alimento como um direito humano, de olho nas implicações que a produção e o consumo de comida têm em todas as esferas da vida, como fonte de saúde, cultura e de relações sociais.

Como representante da Ação da Cidadania no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo, Luzzi ajudou a elaborar o primeiro Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, aprovado em junho e com validade até 2020.

Formado em relações internacionais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), é mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).



Concluiu neste ano o doutorado em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP, com uma tese que analisa a atuação dos movimentos sociais na busca pelo direito à alimentação no Brasil e em Moçambique.

Luzzi também é presença constante nas edições do Prêmio Betinho, honraria criada pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) em homenagem a Herbert de Souza. Em 2011, fez parte da comissão julgadora do evento. Em 2010 e 2012, colaborou na realização de uma oficina para esclarecer dúvidas a respeito da premiação.

Atualmente, Luzzi dirige o Centro de Políticas Específicas da Secretaria Estadual da Administração Penitenciária e prepara um documentário sobre um dos temas que mais o fascina. O nome? *Alimentação e poder.*



“O alimento é, antes de tudo, um direito humano”

ponto central é pensar o alimento como um direito humano.

Qual o papel do mercado na questão do direito à alimentação?

Há um grande conflito de interesses. O mercado tem uma lógica de maximizar ganhos numa escala transnacional, em detrimento de uma alimentação que tenha a dimensão da vida. Existem hoje de 7 a 12 organizações que comandam o mercado de alimentos no mundo. Empresas da área da alimentação estão dentro de grupos que incluem indústrias e o mercado financeiro. Todos veem o alimento apenas como uma mercadoria, destituído dos laços sociais e dos aspectos culturais envolvidos.

Como isso prejudica a segurança alimentar?

Se por um lado temos a necessidade de produzir em grande escala, usando maquinários com grandes sistemas mecanizados, por outro o mercado retira da população os saberes transcendentais e ancestrais. Antigamente, o cultivo de algumas sementes era feito pelas mulheres, no processo de transmissão de um saber de geração em geração. Ao redor da escolha das sementes não estava só o ato de plantar, mas de conversar sobre a vida, falar de valores, construir uma integração social. Hoje, quem produz as sementes é uma empresa. No campo dos transgênicos, a corporação pode destituí-las da capacidade de se reproduzirem. São as sementes terminators: produzem uma única vez e não podem mais ser cultivadas. Sendo que,

Como vê a questão da alimentação no Brasil?

Se antes os grandes flagelos eram a fome e a desnutrição, hoje a gente tem uma sobreposição entre a má alimentação e a ausência de alimentação. Temos grupos que passam fome e que estão desnutridos e, por outro lado, a má alimentação levando não só à obesidade, mas também a doenças associadas, como diabetes, hipertensão e os diferentes tipos de câncer.

O conceito de segurança alimentar lida com tudo isso?

Exatamente. A segurança alimentar é um olhar integral, para o sujeito e o desenvolvimento, que garante acesso ao alimento, observando as necessidades alimentares de cada grupo populacional e de que forma as práticas alimentares estão apoiadas na promoção à saúde e nos hábitos culturais. A ideia é não pensar só no alimento em si, mas em todas as relações que ele constrói na vida das pessoas. Um

numa prática de escolha genética ao longo da história, os grupos indígenas e os camponeses criaram formas de beneficiar as sementes e produzir espécies mais resistentes. Quando os investidores da área da alimentação expandem a fronteira agrícola em áreas como a Amazônia ou o Centro-Oeste brasileiro, vemos também uma expulsão de grupos que estavam historicamente naquele território: o saber, a guarda ancestral daquele ambiente, vai sendo precarizado.

Hoje o mundo vive uma situação de extinção de alimentos: plantas que carregavam uma alta capacidade de alimentar as pessoas não são encontradas mais em alguns territórios do mundo. Podemos ver nas cidades como aquilo que historicamente fazíamos entre os nossos familiares vai sendo perdido para uma padronização da alimentação. Se formos a um call center, vamos ver o quanto as pessoas se alimentam mal e é embutida uma cultura alimentar que rompe os laços do encontro, de estarem juntas para confeccionar aqueles alimentos.

A perda do hábito de cozinhar em casa, com alimentos escolhidos ou produzidos ao lado da família, tem impacto social e na saúde?

Fortemente. Claro que antigamente também havia alimentos gordurosos, mas tinham uma função na vida das pessoas, que iriam ficar muito tempo na caça, nas atividades de sobrevivência. São descobertas que as comunidades faziam, e eu acho isso um grande barato: saber selecionar quais alimentos são aptos para o consumo humano. Se a gen-

te for ver o pequi, um fruto do cerrado brasileiro, por dentro ele tem vários espinhos, é quase um ouriço. Fazer a seleção daquele alimento é de uma engenhosidade enorme. Essa história ia sendo transmitida. Hoje, a perda dessa prática de consumo e construção do alimento vai esgarçando as relações sociais. Quando a gente vai à prateleira escolher um alimento altamente industrializado, isso impacta fortemente na saúde e nas relações. As pessoas estão se liberando pela praticidade que o mercado tenta oferecer, mas esse tempo livre não é ocupado com atividades esportivas ou encontro entre as pessoas. Então de que nos serve? É muito mais um anseio publicitário, que nos leva a consumir produtos por fetiche.

O industrial Benjamin Steinbruch [vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo] disse que o trabalhador não precisa de uma hora de almoço, porque poderia comer um sanduíche com uma mão e operar a máquina com a outra.

É revolucionário colocar o alimento no centro do desenvolvimento e do modelo econômico. Hoje, curiosamente, as pessoas que propõem ideias de passar mais tempo trabalhando são as que podem ter nutricionistas preparando suas dietas e chefes de cozinha criando seus cardápios. Nós estamos falando de uma outra dimensão, da vida cotidiana, de pessoas que gastam quatro horas para ir e voltar do trabalho. O que se coloca como resposta na vida delas são os alimentos processados, das grandes redes de

“De 7 a 12 organizações comandam o mercado mundial de alimentos e os veem apenas como mercadoria”



supermercados. É uma inversão de valores. Vai na contramão das experiências que a gente está vivendo. Em países mais desenvolvidos, em que as pessoas estão cada vez mais se liberando do trabalho penoso e podem até trabalhar de casa, é possível voltar à produção agrícola, rompendo a dicotomia entre campo e cidade. É necessário restabelecer o vínculo entre onde se produz e onde se consome.

O Plano Municipal de Segurança Alimentar, aprovado neste ano, vai nesse sentido?

Ele ainda é parte de um processo de transição. É um documento que apresenta o conjunto das práticas e ações desenvolvidas pelas secretarias, e que tem a



Ricardo Rocha/CMSF

alimentação e a nutrição como um dos eixos. O desenho futuro é a gente conseguir olhar isso de uma forma mais integrada: que a educação possa conversar mais com o trabalho e com a cultura, e cada equipamento público seja um ambiente de promoção do direito humano à alimentação. Outra preocupação que o plano traz é pensar nos grupos mais vulneráveis em relação à insegurança alimentar e nutricional: no caso de São Paulo, a população em situação de rua, as populações negras e as mulheres. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) mostra que, quanto mais negros e mulheres, maior a insegurança alimentar na

família. É uma construção histórica das desigualdades do Brasil. Esses grupos populacionais têm mais dificuldade de trabalho e, sem renda adequada, mais dificuldade de acesso aos alimentos.

Que outro ponto destaca no Plano?

Um avanço importante é coordenar as várias outras iniciativas associadas à alimentação. Aqui na cidade nós tivemos uma conquista importante também em 2015, que foi a aprovação da lei da alimentação escolar orgânica [a 16.140/2015, de autoria dos vereadores Gilberto Natalini (PV), Ricardo Young (Rede), Dalton Silvano (DEM), Toninho Vespoli (PSOL) e Nabil Bonduki (PT)]. É uma lei que gera um compromisso do poder público de capacitar cada vez mais os agricultores para se habilitarem a fornecer para as cidades. Um importante ganho do Plano foi possibilitar questionar a administração sobre a efetividade do programa Leve Leite, que consiste na distribuição de leite em pó a todas as crianças da rede municipal de ensino. É um programa que desperdiça grande energia, sem contar o alto custo que envolve o acondicionamento, transporte e distribuição. Além disso, não existem evidências quanto ao seu impacto na melhoria da saúde e na qualidade de vida das crianças. Esse recurso poderia ser usado para aperfeiçoar a alimentação escolar por meio da aquisição de alimentos mais saudáveis, realização de atividades de educação alimentar, capacitação dos servidores e adequação dos espaços de preparo considerando as demandas de cada idade.

Por que alguns alimentos importantes do dia a dia aumentam tanto de preço de repente, como o tomate e o feijão?

Essa oscilação dos preços dos alimentos responde ao interesse dos agricultores ao mercado futuro. O aumento do preço do feijão, por exemplo, está bastante associado ao interesse dos produtores em se dedicar à soja. A soja não é produzida para consumo humano, mas para servir de ração aos animais. Por outro lado, alguns alimentos vão sendo destinados à produção de energia: cana, milho, entre outros. Isso traz mais um impacto no acesso ao alimento e no que vai ser consumido. É preciso que a população tenha entendimento sobre o que está sendo produzido e possa diversificar a produção para o consumo interno. É o que a gente chama de soberania alimentar.

Quais suas lembranças mais fortes de Betinho, com quem atuou na Ação da Cidadania?

A imagem de Betinho mostrava um sujeito frágil de saúde, mas com uma potência de vida e de fazer política muito grande. Mostra um pouco as nossas fragilidades humanas, ao mesmo tempo em que lembra a nossa força para reagir às grandes opressões do mundo. Tem outro aspecto que é a criatividade. Betinho tinha essa resposta rápida, que conseguia antever problemas e cercar com soluções inovadoras. Ele transitava por diferentes ambientes e sabia como não se ajoelhar ou ceder a pressões, mas se colocar altivo no debate público e trazer soluções, dialogando com o conjunto da sociedade. 

Lei 15.947, de 2013
Regulamentou a venda de
comida de rua e impulsionou o
mercado de food trucks em SP



Lei 12.722, de 1998
Estabeleceu a plaquinha com o
aviso "Antes de entrar no
elevador, verifique se o mesmo
encontra-se parado neste andar"



Lei 11.995, de 1996
Proibiu qualquer forma de
discriminação (por raça, sexo, cor,
origem, condição social, idade,
porte ou presença de deficiência e
doença não contagiosa) no acesso
aos elevadores



Lei 13.279, de 2002
Deu origem ao Programa
Municipal de **Fomento ao Teatro**.
Aumentou a quantidade de grupos de
teatro e ampliou sua distribuição pelo Município

Lei 8.421, de 1976
Primeira lei antifumo da cidade, proibiu o fumo em supermercados e lojas de departamentos

Lei 11.659, de 1994
Tornou obrigatório, na cidade, o uso do cinto nos bancos da frente. A norma mudou os hábitos do paulistano e, 3 anos depois, foi aplicada em todo o País

8 leis propostas pela CMSP presentes no seu dia a dia



Fausto Salvadori



Erick Paulino



Lei 13.989, de 2005
Criou o Museu do Futebol, dentro do Estádio do Pacaembu

Lei 15.895, de 2013
Com a aprovação, as bancas de jornal hoje podem vender produtos diversos, como eletrônicos, brinquedos e até alimentos

Pressão nas

Parcela de paulistanos hipertensos aumenta 40% nos últimos 12 anos e poder público toma medidas para reagir ao problema

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Em uma manhã de segunda-feira, 20 anos atrás, depois de “passar nervoso”, Maria da Silva procurou um posto de saúde queixando-se de muita dor de cabeça e na nuca. Com um metro e meio de altura, na época ela tinha 39 anos e pesava 120 quilos. Recebeu o diagnóstico de hipertensão arterial, ou pressão alta (18 por 12). De lá para cá, teve dois “princípios de enfarte” e descobriu mais doenças que costumam vir acompanhadas: colesterol “altíssimo”, diabete e disfunção na tireoide. Após 20 anos, o tratamento indicado pelos médicos da rede pública continua o mesmo: apenas medicação. “A cada três meses faço exame de rotina e passam o remédio de novo. Tomo remédio direto, pra tudo isso de doença”, conta a faxineira.

Maria faz parte do universo crescente de pessoas com pressão alta na cidade de São Paulo. Em 2003, eram 14%. Em 2015, o índice saltou para 20,4%, segundo levantamento divulgado neste ano pela Prefeitura. O aumento deve-se a fatores como obesidade, taxas de colesterol elevadas e o envelhecimento da população.

Assim como os demais usuários da rede pública de saúde, Maria tem direito a um tratamento multidisciplinar, graças à lei 13.777/2004, proposta pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) e que criou o Programa

Ricardo Rocha/CMSP

PERIGO
Hipertensão, Jota usa medicação e comete alguns deslizes alimentares

alturas



Iniciativas de combate à hipertensão

Leis

11.757/1995 | *Toninho Paiva (PR)*
Institui o Dia Municipal de Prevenção da Hipertensão Arterial

13.777/2004 | *Toninho Paiva (PR)*
Cria o Programa de Tratamento da Hipertensão Arterial na rede pública de saúde

14.960/2009 | *Marta Costa*
Determina que o Executivo faça campanha anual sobre os danos do sal à saúde

Projetos de lei (*)

66/2014 | *Atílio Francisco (PRB)*
Obriga os restaurantes a oferecer opções de refeição sem adição de sal

800/2013 | *David Soares (Democratas)*
Determina que os alimentos industrializados ou processados devem mostrar no rótulo seu percentual de sódio

602/2013 | *Aurélio Nomura (PSDB), Calvo (PDT), Gilson Barreto (PSDB), Mario Covas Neto (PSDB) e Floriano Pesaro (PSDB)*
Estabelece diretrizes para a Política Municipal de Educação Alimentar Escolar e Combate à Obesidade

510/2013 | *Aurélio Nomura (PSDB)*
Determina que as cantinas de escolas particulares divulguem as informações nutricionais dos alimentos vendidos

328/2013 | *Eduardo Tuma (PSDB)*
Obriga escolas e creches da rede pública a oferecerem alimentação diferenciada a diabéticos e hipertensos

280/2013 | *Nelo Rodolfo (PMDB)*
Proíbe a exposição de saleiros nos locais que vendem alimentos para consumo imediato

242/2013 | *Reis (PT) e Marta Costa*
Proíbe a publicidade, destinada ao público infantil, de alimentos pobres em nutrientes e com alto teor de açúcar, gorduras saturadas ou sódio

(*) Da atual Legislatura

de Tratamento da Hipertensão Arterial Sistêmica nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) da rede pública. Quando elaborou o projeto, o vereador Toninho Paiva (PR) pensou em um atendimento por profissionais de várias áreas ao hipertenso, com foco na prevenção à obesidade, tabagismo e sedentarismo (fatores que favorecem a hipertensão). Segundo a Secretaria Municipal da Saúde, as 453 UBS do Município têm ações de combate, prevenção e orientação sobre pressão alta, que incluem medição de

O que é hipertensão

Normalmente, o organismo tem substâncias que dilatam e outras que diminuem o **diâmetro** dos vasos por onde o sangue passa. Na hipertensão, predominam as substâncias que contraem os vasos. Com mais resistência à passagem do sangue bombeado, mais força o sangue ejetado pelo coração tem de fazer para chegar até as células, aumentando a pressão. Como se o coração e os vasos fossem uma torneira aberta ligada a mangueiras. Se as mangueiras se estreitam, a pressão lá dentro aumenta.

A pressão elevada danifica a cobertura interna dos vasos, que é fina e delicada. Os vasos ficam endurecidos e estreitados, sujeitos a entupimentos. Esse processo costuma causar 40% dos enfartes, 80% dos AVCs e 25% das insuficiências renais.

Fonte: Frida Plavnik/SBH

OS ALIMENTOS E

ALIADOS

Grãos

Ao substituir a carne na dieta, **feijão, soja, ervilha, grão-de-bico e lentilha** ajudam a excretar sódio pela urina, a emagrecer e reduzir a pressão

Frutas

Principalmente **goiaba, mamão papaia, morango, laranja, kiwi, manga, melancia, melão e carambola** são ricas em potássio, que ajudam a eliminar sódio



Laticínios e "leite" de soja

O cálcio natural ou adicionado a esses alimentos diminui a pressão

Óleos do bem

Consumidos sem exagero, **peixes gordos, linhaça, óleo de canola, óleo de soja, semente de chia, semente de cacau e castanhas** relaxam os vasos sanguíneos

pressão e estímulo à alimentação saudável e exercícios.

No entanto, foi por conta própria e com informações de programas de TV que Maria começou a caminhar, pôs mais frutas, verduras e peixes na alimentação, cortou as frituras, diminuiu o sal e passou a comer apenas comida assada ou cozida. Perdeu 30 quilos, teve uma melhora nos resultados dos exames médicos e não se cansa tanto ao subir um lance de escada. Poderia melhorar: "queria ter

dinheiro para comer mais fruta, verdura, leite desnatado e menos carne com gordura", diz.

O tratamento feito apenas com medidas alternativas, quando o risco cardiovascular é baixo, pode evitar a medicação, principalmente se o doente tem disciplina. "Praticar exercícios ajuda a melhorar a capacidade do sistema circulatório e a perder peso", aponta Frida Plavnik, nefrologista e diretora científica da Sociedade Brasileira de Hipertensão (SBH).

A HIPERTENSÃO

INIMIGOS

Óleos do mal

Manteiga, gorduras animais e frituras entopem os vasos sanguíneos

Álcool

Em excesso, gera sobrepeso, aumentando o volume de sangue e a pressão



Sal

Presente em **embutidos e enlatados**, o sódio do sal aumenta a retenção de água, o volume de sangue e a constrição dos vasos sanguíneos

Açúcar

Aumenta a frequência cardíaca, o volume do corpo e a pressão dos vasos para bombear sangue

à dieta, mas acha difícil provar outros vegetais. Falta à ginástica sempre que pode e, de vez em quando, arrisca batata frita e uísque, entre outros deslizes alimentares. Parte da culpa ele divide com a mãe: “se ela tivesse exigido que eu comesse salada quando pequeno, teria adquirido esse hábito. Depois de adulto, montar um prato de salada é complicado”, lamenta.

LANCHE SAUDÁVEL

A coordenadora do Departamento de Nutrição da SBH, Márcia Gowdak, concorda com a adoção da dieta correta desde a infância como forma de prevenir a pressão alta. Em uma escola particular de São Paulo, ela comanda um programa no qual a própria instituição oferece os alimentos para os alunos de 3 a 10 anos, mediante uma taxa paga pelos pais. “Uma das funções é fazer as crianças comerem mais fruta para aumentar a ingestão de potássio, que favorece a eliminação de sódio do organismo”, comenta Márcia. O es-

MUDANÇAS

Maria da Silva desenvolveu diabetes e outras doenças associadas à hipertensão



“Comer bem evita que as gorduras se depositem em vasos sanguíneos já doentes e dificultem ainda mais a circulação do sangue, e interromper o fumo é importante porque o cigarro estraga a parede da artéria”, complementa.

A médica, entretanto, diz que os pacientes costumam abandonar rapidamente a modificação no estilo de vida. “Escapam para um churrasco e, por isso, a tendência é entrar mais cedo com medicamento para a doença não alterar coração, cérebro, rins e vasos sanguíneos”, explica.

Jorge Luis Julio, o Jota, servidor público de 59 anos, está entre os que escapam facilmente para um churrasco e usam medicação. Desde que se descobriu hipertenso, há dez anos, tenta mudar seus hábitos, mas reconhece que não consegue se sentir à vontade com alguns deles, que poderiam melhorar sua saúde. Diz gastar entre R\$ 400 e R\$ 500 por mês com um professor particular de ginástica e os remédios. Está sem cigarro há 20 anos e incorporou alface e tomate

tímulo vem com a oferta diária sem insistência, mas com persistência.

Um dos alunos atendidos pelo projeto de Márcia, Lucas Meireles Peccin, de 8 anos, não aceitava ingerir frutas em casa, mesmo com o bom exemplo dos pais e da irmã Marina, de 10 anos, que inclusive gosta de comer só salada em algumas refeições. No início da vida escolar, até os 2 anos e meio, Lucas experimentava frutas só na escola. “Hoje ele come superbem, de tudo”, conta Fabiana Meireles, mãe das crianças.

Inspirado por iniciativas de sucesso como essa, o vereador Eduardo Tuma (PSDB) apresentou o projeto de lei (PL) 328/2013, para determinar que escolas e creches públicas do Município tenham também uma alimentação diferenciada, para diabéticos e hipertensos.

Outro projeto ligado ao tema resultou na lei 11.757/1995, idealizada pelo vereador Toninho Paiva, que instituiu

O coração trabalha em dois tempos: contração para expulsar o sangue, com força intensa (pressão máxima ou sistólica), e relaxamento (pressão mínima ou diastólica). A combinação ideal é a pressão máxima de 120 mmHg (milímetros de mercúrio) com pressão mínima de 80 mmHg, ou 12 por 8, como se diz popularmente. Pressão igual ou maior que 14 por 8 já é considerada alta.

Fonte: Sociedade Brasileira de Hipertensão



26 de abril como o Dia Municipal de Prevenção da Hipertensão Arterial. A data visa esclarecer sobre o diagnóstico preventivo e tratamento nas unidades públicas de saúde. Paiva justifica que a hipertensão arterial é responsável por outras doenças e aposentadorias precoces, o que onera

o sistema de saúde e previdenciário, além de deixar ônus aos pacientes e suas famílias. “O diagnóstico e o tratamento adequados proporcionam menores gastos com internações, invalidez, hemodiálise, bem como a assistência às cardiopatias, acidentes vasculares cerebrais e suas sequelas, reduzindo também a procura aos serviços de emergência”, diz.

A medição preventiva é crucial porque a pressão pode estar bem alta sem apresentar qualquer sinal. “Em fases mais avançadas, o paciente pode sentir náusea, tontura, dor de cabeça, visão embaçada, cansaço ou falta de ar, dependendo dos órgãos lesados, mas também pode ter pressão alta sem sentir nada, que é o padrão da maioria das pessoas atendidas”, explica a médica Frida Plavnik. Quando não está sob controle, a hipertensão é o principal fator de risco para doenças cardiovasculares que podem levar à morte.

EXEMPLO • Lucas superou a rejeição às frutas e hoje alimenta-se tão bem quanto a mãe, Fabiana Meireles, e a irmã, Marina



Ricardo Rocha/CNSP

SAL IDEAL

A nutricionista Márcia Gowdak implementou em 2008 seu programa de educação nutricional, quando a escola descobriu que os alunos leva-

vam, de lanche, mais sal, muito mais açúcar e gordura do que precisavam. Aos 3 anos, a criança deve ingerir no máximo 2 gramas de sal por dia. A conta já considera, por exemplo, o sal que serve como conservante em embutidos e em alimentos aparentemente inocentes, como certas barras de cereais. Dos 11 aos 14 anos, o limite aumenta para no máximo 6 gramas diários. Daí por diante, o ideal é comer até 5 gramas, porque a idade favorece o aumento de peso e o aparecimento de doenças.

Comer menos sal reduz também a necessidade de tomar bebidas (muitas vezes açucaradas), para matar a sede. “Se a criança reduzir um grama de sal por dia, diminui a ingestão de açúcar em cerca de 25 gramas, o que previne a hipertensão”, explica a nutricionista.

Para saber se o alimento industrializado tem muito sódio (principal componente do sal), açúcar ou outros inimigos da pressão, Márcia

SAL

Projeto do vereador Atilio Francisco obriga restaurantes a oferecer refeições sem sal



Mozart Gomes/CLSP



Ricardo Rocha/CLSP

REMÉDIO • Márcia Gowdak desenvolveu um programa de nutrição preventiva

ensina a fugir dos produtos que trazem, nos rótulos, esses itens como primeiros da lista de ingredientes (dispostos em ordem decrescente de quantidade). A cartilha da Prefeitura sobre consumo consciente do sal aponta outra dica: os alimentos devem conter menos de 400 mg de sódio a cada 100 gramas (ou a cada 100 ml) ou representar menos de 7% das necessidades diárias de consumo.

Ao diminuir o hábito de adicionar sal em vários pratos, o vereador Atilio Francisco (PRB) tem redescoberto o sabor de alguns vegetais. “Você sente o gosto até do chuchu, que fica muito saboroso com outros temperos. É uma questão de costume”, conta. O parlamentar é autor do PL 66/2014, que pretende obrigar os restaurantes a oferecer opções de refeição sem adição de sal. “Na época em que propus, verifiquei que muitas pessoas morrem de hipertensão e que o número de pacientes tem crescido bastante, principalmente pelo excesso de sal”, explica.

O sódio ajuda a preservar os alimentos e, por isso, é muito difícil comprar comida sem esse ingrediente. Além disso, não é indicado zerar a ingestão de sal, já que o organismo entenderia que há falta do elemento e poderia ampliar sua retenção, entre outros problemas. Em vez disso, é possível compor as refeições com alimentos que ajudem a expulsar o sal do organismo. “Devemos trabalhar com a combinação, adicionar saladas e frutas, colocar tomate no pãozinho, por exemplo”, explica Márcia Gowdak. Mais do que fazer cortes drásticos, a ordem é buscar o equilíbrio. 

SAIBA MAIS

Cartilha

Campanha do consumo consciente do sal. Prefeitura de São Paulo. Disponível online.

Projetos para a metrópole

Ciclo de debates tratou de mobilidade, conhecimento, desigualdade, sustentabilidade e gestão metropolitana para os próximos 14 anos

Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br

Num ano em que as eleições municipais concentraram todas as atenções de candidatos e eleitores sobre propostas para os próximos quatro anos, a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) propôs olhar para um horizonte de tempo mais amplo e refletir sobre a cidade dos próximos 14 anos. Nasceu, então, o Ciclo de Debates SP 2030, com o tema Pensar São Paulo hoje para construir um futuro melhor.

Durante cinco encontros, entre março e junho, o evento reuniu vereadores, especialistas de diversas áreas do conhecimento e representantes de movimentos sociais para debater o futuro da capital paulista sob a ótica de cinco eixos:

mobilidade, conhecimento, desigualdade, sustentabilidade e gestão metropolitana.

E por que 2030? Segundo o presidente da Escola do Parlamento, Christy Ganzert Pato, a data coincide com o tempo de planejamento previsto em duas importantes leis aprovadas recentemente na Câmara: a do Plano Diretor Estratégico, de 2014, e a de Zoneamento, deste ano, ambas previstas para durar até 2029. “Essa data é o horizonte proposto por duas leis que são grandes marcos da regulamentação aprovados pela Câmara”, afirma Pato.

Além de reunir e ouvir especialistas, a

Escola do Parlamento também foi atrás de saber o que os moradores da maior cidade da América Latina tinham a dizer a respeito de cada um dos temas discutidos pelo ciclo de debates. O resultado foi uma pesquisa exclusiva que entrevistou 2.049 pessoas em todas as regiões da cidade.

CARROS NA MIRA

A mobilidade, bandeira que em 2013 levou multidões a encher as ruas durante as Jornadas de Junho, foi o tema escolhido para o primeiro debate da SP 2030, realizado em 21 de março. Membro do Fórum Viva Fundação M'Boi Mirim, o líder comunitário José Jailson da Silva trouxe o testemunho de quem gasta cin-

co horas de vida, todos os dias, no transporte público. “Embarcar em um trem no horário de pico é um Deus nos acuda”, desabafou durante o evento. Para ele, a mobilidade “interfere em questões de saúde emocional, psicológica e física”.

Uma das raízes dos problemas de mobilidade é a opção feita pela cidade de privilegiar o transporte individual, via automóveis, em vez do transporte público. Victor Callil, pesquisador em mobilidade urbana do Núcleo de Desenvolvimento do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), lembrou que essa escolha foi feita na primeira metade do século passado.

Na época, houve um duelo político entre duas concepções de mobilidade. Uma, defendida pelo prefeito Luís Inácio de Anhaia Melo, era centrada no transporte de massa e previa a otimização dos trilhos de bonde ao longo do tempo. A outra era o Plano de Avenidas pensado por outro prefeito, Prestes Maia, que propunha criar vias expressas nas marginais

dos rios e grandes avenidas transversais de norte a sul, para facilitar a vida dos motoristas de automóveis. A concepção de cidade de Prestes Maia venceu a disputa e se transformou na realidade da São Paulo de hoje.

Deu no que deu. A avaliação dos especialistas reunidos pela SP 2030 foi unânime ao concluir que o modelo de mobilidade baseado nos carros se revelou desastroso, por ser acessível a menos pessoas, gerar muita poluição e consumir mais espaço urbano. “Várias cidades estão percebendo que esse modelo não funciona. Até Los Angeles, cidade por excelência do automóvel, aumentou significativamente a participação dos transportes coletivos”, afirma Ciro Biderman, pesquisador do Centro de Estudos de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Biderman defendeu a adoção de um modelo de mobilidade mais próximo do europeu, em que o usuário de carro financia o transporte público, por meio de medidas como o aumento de impostos sobre a gasolina e a introdução de pedágios urbanos. “Nada contra a pessoa andar de car-



Leonardo Aguiar / Flickr.com / CC BY 2.0



Ricardo Rocha/CNSP

PLANEJAMENTO • Especialistas de diferentes áreas discutiram temas como sustentabilidade e gestão metropolitana

ro, mas ela tem de pagar pelo mal que está fazendo à sociedade”, explica.

São escolhas que ainda não ficaram claras para boa parte dos paulistanos, segundo a pesquisa da Escola do Parlamento. A maioria dos entrevistados disse que apoia a ampliação dos corredores exclusivos de ônibus, mas ao mesmo tempo não quer saber de restrições ao uso do carro (veja infográfico na pág. 24).

Mestre e doutora em Arquitetura pela Universidade de São Paulo (USP), com 33 anos de experiência na Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), Maria Ermelina Malatesta diz que os governos precisam priorizar investimentos nos “modos não motorizados de transporte”. Ela se refere às bicicletas e também àquele que é, ao mesmo tempo, o mais antigo e o mais esquecido dos modos de locomoção: andar a pé. “São os que recebem menos prioridade das políticas públicas, embora sejam os mais vulneráveis do sistema viário”, aponta.

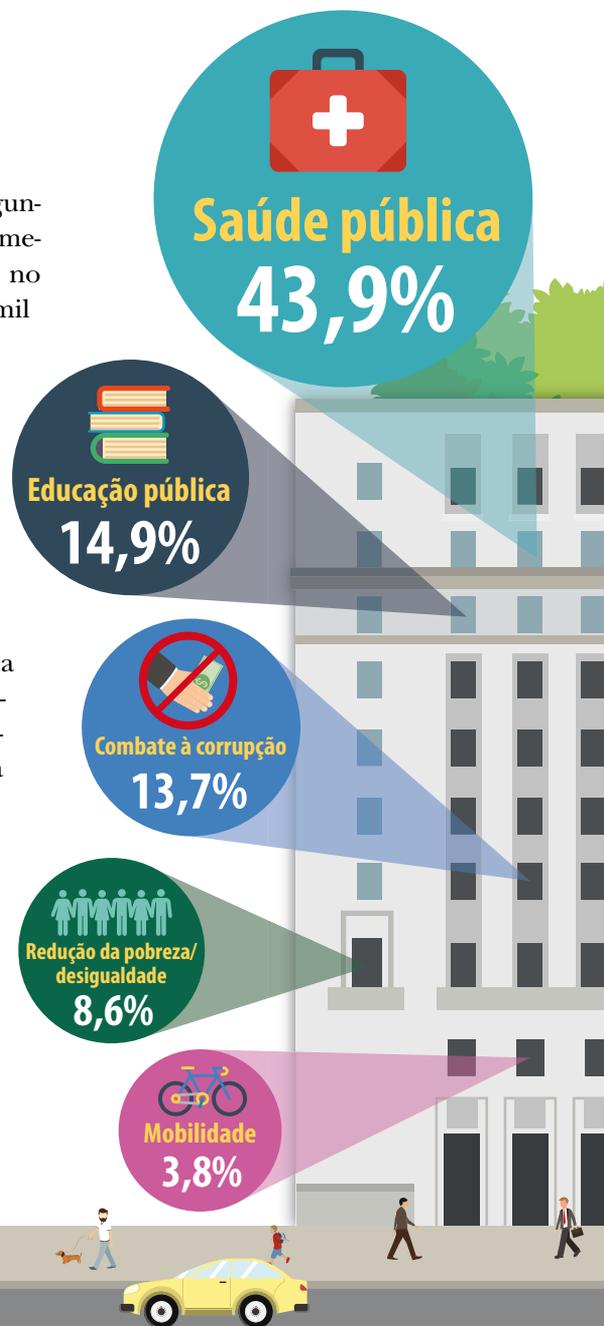
O resultado de tal opção, segundo Malatesta, revela-se nos “números de guerra” contabilizados no cotidiano dos pedestres: 107 mil pessoas morreram no Brasil na última década em consequência de atropelamentos, que também são uma das principais causas de morte de crianças de até dez anos. “Poucos se lembram da mobilidade a pé, mas a falta de infraestrutura nessa área afeta a vida de todos. Todo mundo anda a pé e já foi vítima de algum problema com as calçadas ou se indignou com o pouco tempo para atravessar uma rua”, critica.

SEGREDOS DA INOVAÇÃO

Como São Paulo pode chegar a 2030 figurando entre os grandes polos de inovação do planeta? Essa foi a questão debatida no segundo encontro do evento,

SE FOSSE PR ÁREAS PRIO PRÓXIMOS

* até duas respostas



EFEITO, QUE RIZARIA NOS 15 ANOS?*

Arte: Leonardo Pedrazzoli



Fonte: Pesquisa Escola do Parlamento

intitulado São Paulo, cidade do conhecimento, em 25 de abril.

“A inovação depende essencialmente de capital humano.” A receita é de José Cláudio Cyrineu Terra, especialista em gestão do conhecimento e professor da Fundação Instituto de Administração (FIA) da USP. Segundo ele, Florença, Paris, Nova York, Barcelona, Grenoble (França) e Austin (EUA) são exemplos de cidades que, em algum momento da história, tiveram destaque pela capacidade criativa. E só chegaram lá porque conseguiram “atrair pessoas imbuídas em propor algo novo e relevante para a sociedade”.

E a gente como fica? “De todas as cidades brasileiras, São Paulo é a que tem maior possibilidade de criar um contexto favorável à inovação. É uma cidade que tem a vocação de estar plugada nas cadeias internacionais. Pluralidade, setor financeiro

desenvolvido, universidades: temos tudo isso aqui”, relaciona Terra.

Para o economista Haroldo da Gama Torres, especialista em educação e inteligência de negócios, as grandes inovações não surgem nas descobertas feitas por cientistas em seus laboratórios, mas no momento em que essas novidades são transformadas em modelos de negócios. Aliás, segundo Torres, universidades e empresas perderam o monopólio da inovação. Hoje, as novidades podem vir de qualquer setor da sociedade, inclusive das salas de aula. “Todas as escolas de São Paulo têm laboratórios de informática, por exemplo”, lembra o economista. Então, a receita para inovar, mais do que criar estruturas, é aproveitar o que o Município já tem: “os recursos já existentes podem ser mobilizados e articulados de forma mais intensa e significativa do que são hoje”.

Na mesma linha, Carlos Eduardo Torres Freire, pesquisador

REUNIDOS • Donato (à esq.) e Christy Pato durante o evento que debateu o futuro de São Paulo em cinco encontros



Equipe de Eventos/CMSP



e coordenador de projetos do Cebap, aponta que a inovação surge quando se criam soluções para os problemas que afetam a sociedade, algo que o País ainda tem falhado em produzir. “Temos dengue há tantos anos, mas ainda não conseguimos desenvolver uma vacina”, exemplifica. Para ele, o poder público precisa investir mais recursos em grupos de pesquisa com a participação de estudantes: “vira um jogo de ganha-ganha, em que

se capacitam os jovens e se obtêm soluções práticas e inovação”.

Para o vereador José Police Neto (PSD), presidente da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Lazer e Gastronomia da CMSP, o setor público ainda tem dificuldade em lidar com a inovação, pois “quer se ver no controle de todos os processos de transformação”, algo que não tem mais espaço no mundo atual. Segundo ele, há “uma nova receita” a ser desvendada, e o

setor público precisa se libertar “da arrogância de achar que tudo sabe”. E concluiu que “um ambiente mais suave e menos carregado de burocracia é que permitirá que todo conhecimento se traduza em inovação”.

DA PONTE PRA CÁ

Vindo da Paróquia dos Santos Mártires, no Jardim Ângela, zona sul de São Paulo, o padre irlandês Jaime Crowe, que há meio século vive na capital, levou duas horas para chegar

DE 0 A 10, O QUANTO CONCORDA COM ESSAS AFIRMAÇÕES?

0 – discordo totalmente / 10 – concordo totalmente

O poder público deve implementar mais **corredores exclusivos de ônibus**



O **rodízio de veículos** em vigor na cidade ajuda a melhorar o trânsito



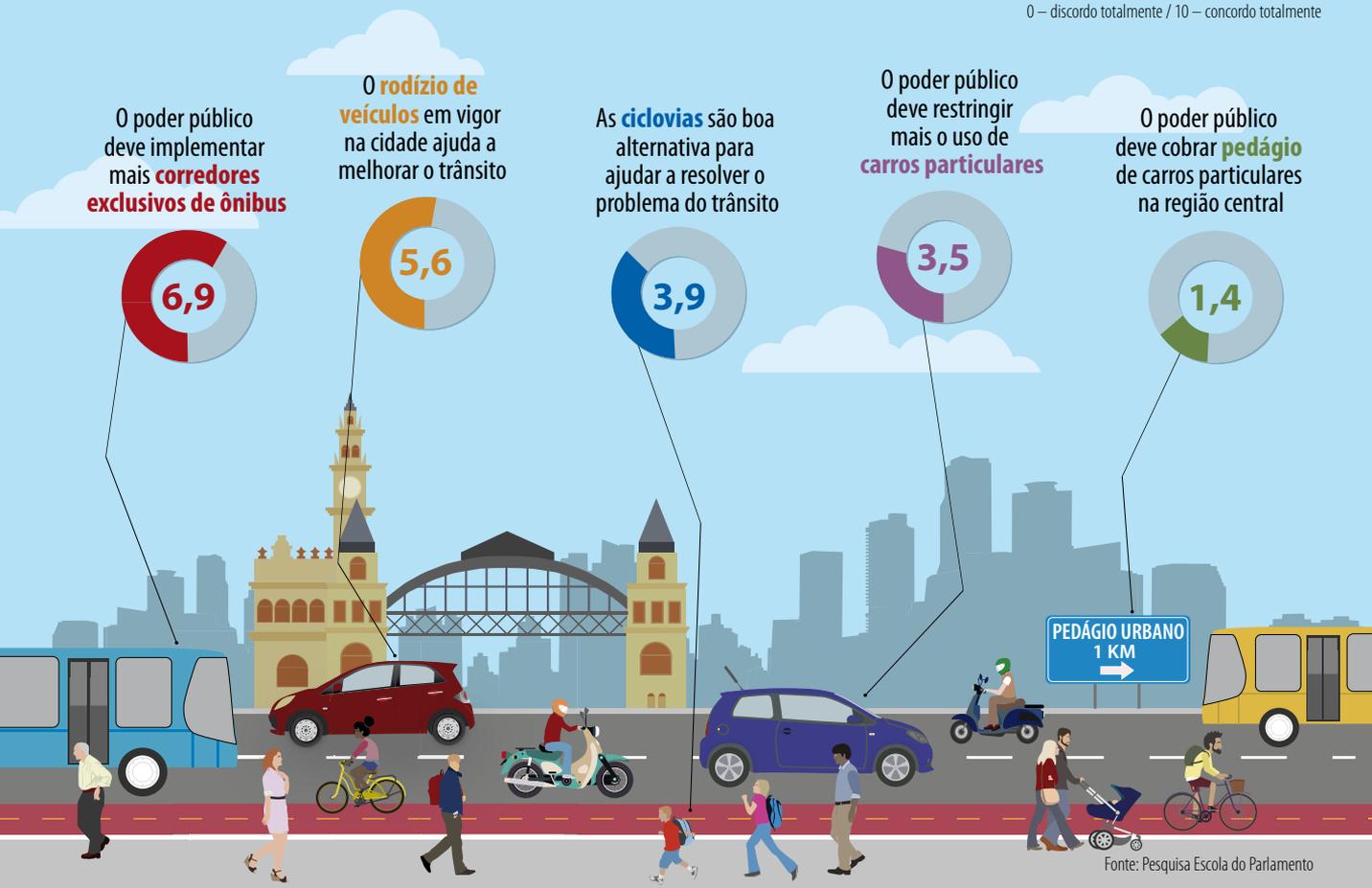
As **ciclovias** são boa alternativa para ajudar a resolver o problema do trânsito



O poder público deve restringir mais o uso de **carros particulares**



O poder público deve cobrar **pedágio** de carros particulares na região central



Fonte: Pesquisa Escola do Parlamento

ao Palácio Anchieta (sede da CMSP), na região central, para participar do terceiro encontro da SP 2030, ocorrido em 23 de maio e com o tema desigualdade.

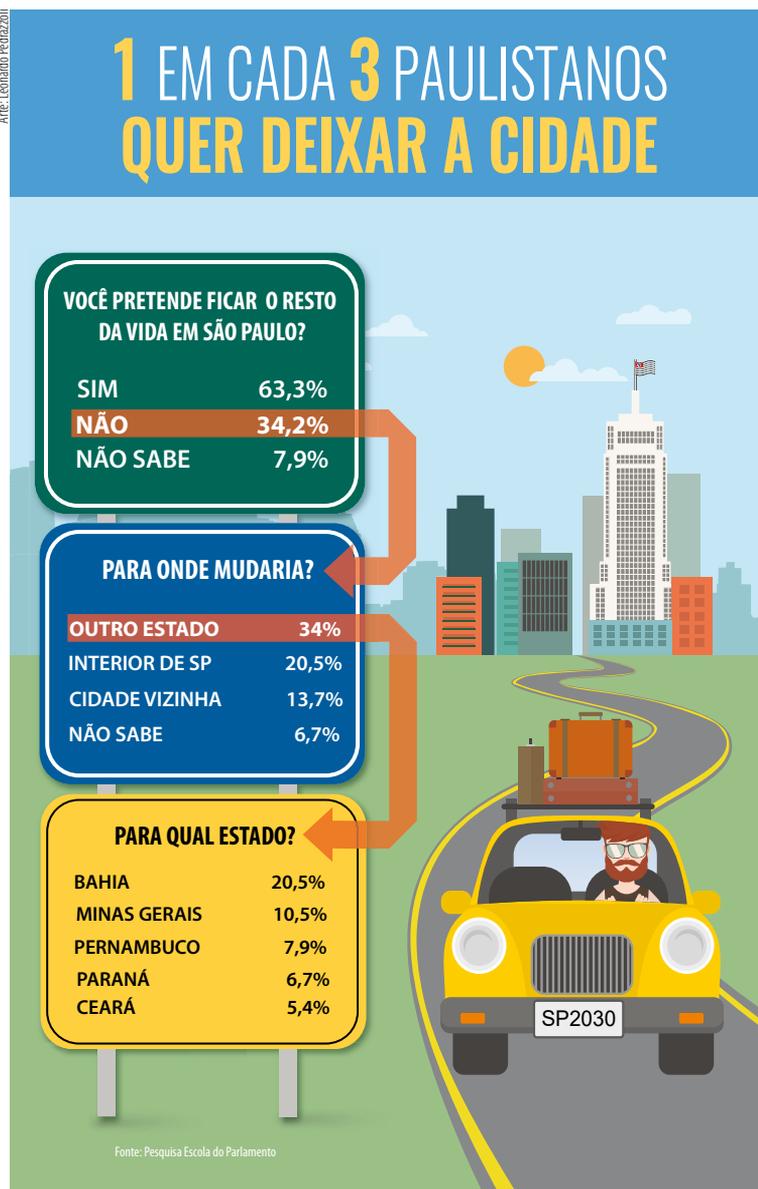
A enorme distância entre as partes da cidade, o centro expandido e as periferias, foi tema da fala do padre Jaime. Não a distância física, possível de ser medida em quilômetros, mas uma espécie de abismo que parece separar os territórios, a ponto de seus habitantes não se verem como moradores do mesmo município. “Quando encontro a dona Maria a caminho do centro, ela me diz ‘padre, vou pra cidade’. As pessoas do bairro não se sentem incluídas. Jardim Ângela não é cidade, a cidade é do outro lado da ponte”, conta o padre, referindo-se à Ponte João Dias, na Marginal Pinheiros, espécie de marco da fronteira entre centro e periferia, cantada em rap pelos Racionais: “Não adianta querer, tem que ser, tem que pá, / O mundo é diferente da ponte para cá”.

Para Jaime, o poder público trata as periferias como se fossem, mesmo, mundos diferentes. Ele contou que a ONG Santos Mártires fez levantamento mostrando, por exemplo, que os moradores da região da Subprefeitura de Campo Limpo (afastada do centro) recebem do orçamento municipal cinco vezes menos do que é investido na Vila Mariana (um dos bairros mais valorizados e com melhor estrutura da capital). O pior é o desconhecimento que um mundo revela em relação ao outro. “Já falei para secretário de Educação que tinha sala de aula com 60 alunos e 35 carteiras e ele não acreditou em mim. Os gabinetes não sabem o que se passa na periferia”, denuncia. E confessa: “temos um povo muito paciente, que espera. Não sei se isso é bom ou ruim. Às vezes até eu fico bravo”.

A desigualdade possui três dimensões, segundo Eduardo Marques, professor livre-docente do Departamento de Ciência Política da USP e vice-diretor do Centro de Estudos da Metrópole. São elas: oportunidades, acesso a serviços públicos e segregação espacial. A cidade de São Paulo, explica o especialista, consegue ser desigual em todas. E aponta que, nos últimos anos, a desigualdade de acesso aos serviços públicos ganhou novos ingredientes: “os poderes públicos passaram a produzir serviços de forma mais intensa nas áreas periféricas. Por outro lado, hoje há maior diferença na qualidade do que é oferecido”.

Assim como o padre Jaime, Marques aponta que a desigualdade “aparece com muita clareza no orçamento municipal”, que destina menos investimentos para as periferias do que para os distritos centrais, justamente os que menos precisam, uma vez que “já têm estoque de equipamentos e de infraestrutura”. A recomenda-

Arte: Leonardo Rezazioli



ção de Marques foi ao encontro das observações do religioso: “é preciso fazer uma inversão; a proporção de investimento tem que ser muito maior nos lugares que não têm esse estoque de equipamentos, já que o custo de manutenção é muito menor do que o de construir escolas, postos de saúde, ruas”.

“A desigualdade é um tema essencial para pensar o futuro da cidade e do planeta”, diz Vera Masagão, doutora em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e coordenadora-geral da ONG Ação Educativa. Ao mencionar estudo da ONG britânica

Oxfam segundo o qual 1% da população mundial tem renda maior do que os outros 99% juntos, declarou no evento que “a forma como a economia mundial está organizada é uma máquina de produzir desigualdade”.

Enfrentar o problema tem uma receita simples, segundo Masagão: usar as políticas públicas para “voluntariamente favorecer aqueles que estão em situação mais difícil”. O que complica a aplicação dessas políticas é a tendência estrutural do sistema de só beneficiar os mesmos grupos que sempre tiveram poder e acesso aos recursos. “Se não for pela luta, e se não tiver mais mandatos que representem

os movimentos sociais, as comunidades, os bairros pobres, não vai ter mudança”, prevê a coordenadora.

A vereadora Juliana Cardoso (PT) reafirma que somente com a luta dos mais pobres é possível conquistar a redução da desigualdade. “O povo sabe muito bem se organizar”, diz. A organização popular, contudo, nem sempre encontra eco no poder público. Um exemplo, segundo a vereadora, ocorreu com o Plano Municipal de Educação, aprovado na CMSP sem menções à luta contra as desigualdades de gênero. “É um plano que foi construído através do povo, em seis anos de diálogo, e destruído pelo Parlamento”, lamenta Cardoso.

DESENVOLVIMENTO E COLAPSO

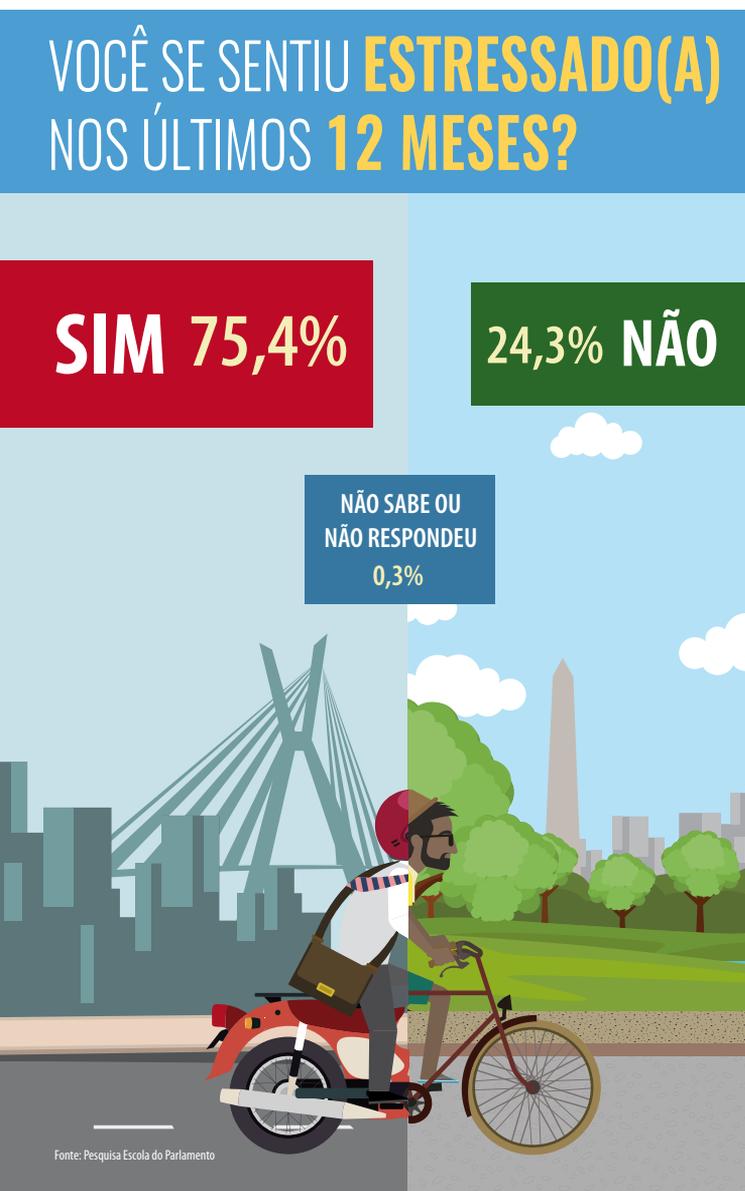
Sustentabilidade. A palavra, repetida a torto e a direito (mais a torto, aliás) nos dias atuais em tudo quanto é discurso de político, empresário e ativista, deu título ao quarto debate da SP 2030, em 20 de junho. Mas a onipresença da palavra não significa que o conceito esteja sendo, de fato, compreendido.

Segundo Luciana Travassos, professora de bacharelado em Planejamento Territorial da Universidade Federal do ABC (UFABC), o mais comum é que o termo sustentabilidade seja usado em seu “sentido fraco”, que aborda a questão ambiental isoladamente, “sem mencionar estruturas, nem a distribuição de recursos da sociedade”. Travassos afirma que a opinião pública precisa chegar à “sustentabilidade forte”, um conceito que “leva a mudanças estruturais da realidade”.

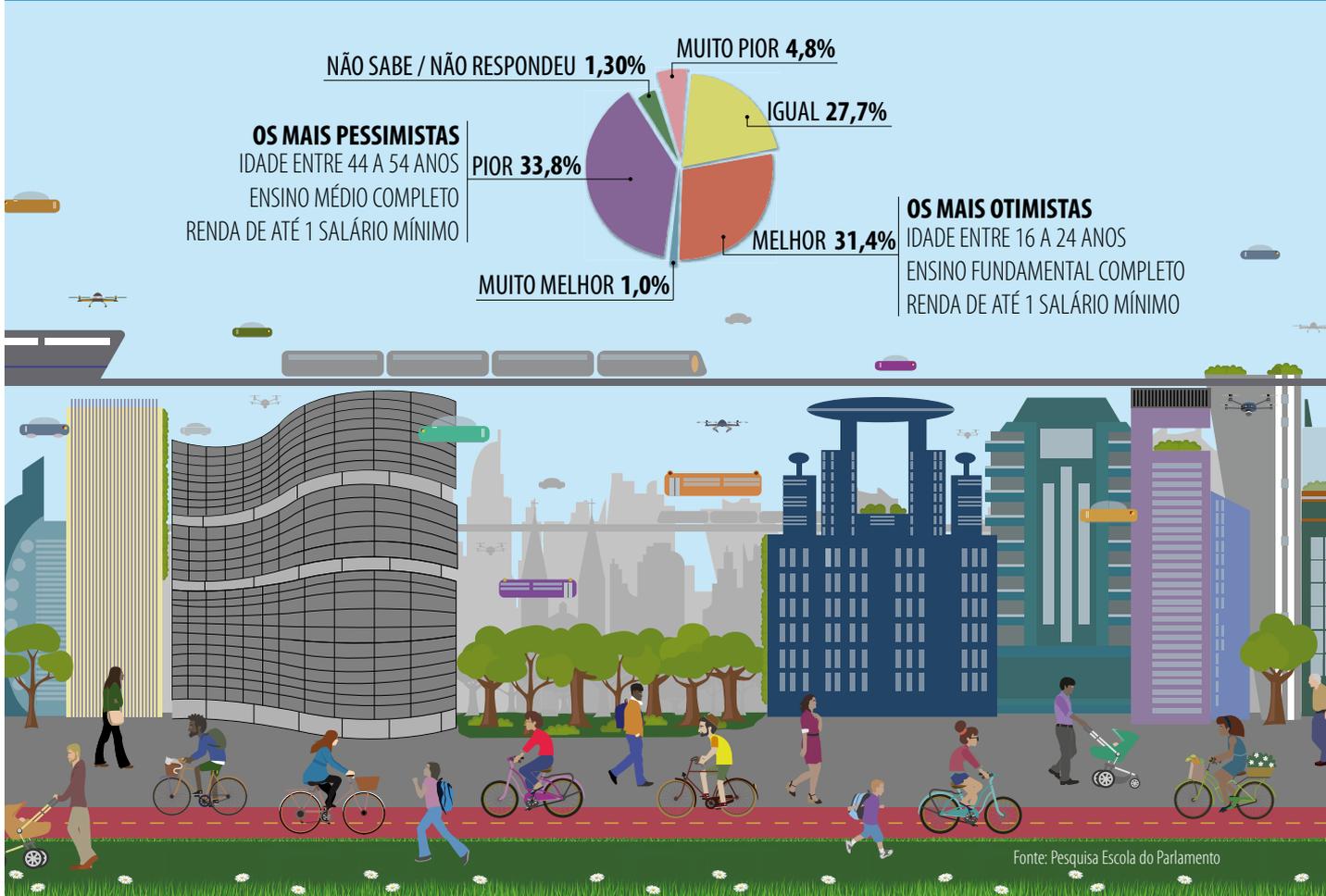
É uma briga que vem desde os anos 60, quando a ideia de sustentabilidade começou a ultrapassar a questão ambiental e passou a questionar as consequências do desenvolvimento econômico. Tanto tempo depois, “a classe política ainda não absorveu as pautas estruturais da sustentabilidade”, diz o assessor do programa Cidades Sustentáveis da Rede Nossa São Paulo, Américo Sampaio.

A razão, para Sampaio, é uma só: como “a política no Brasil é muito dominada pelo dinheiro”, não consegue trabalhar com um conceito que “questiona o modelo de desenvolvimento que temos hoje, absolutamente irracional e predatório”. Segundo ele, “a mudança só vai ocorrer quando a sustentabilidade for abraçada pela sociedade civil”.

Outro problema que atrapalha o poder público na criação de políticas sustentáveis é a dificuldade em trabalhar de forma integrada. “Falar em sustentabilidade é reconhecer a interdependência”, define Fernanda Meirelles, do Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da FGV. Na visão sustentável, tudo está ligado: diferentes setores influenciam um ao



COMO SERÁ A SÃO PAULO DOS PRÓXIMOS 15 ANOS?



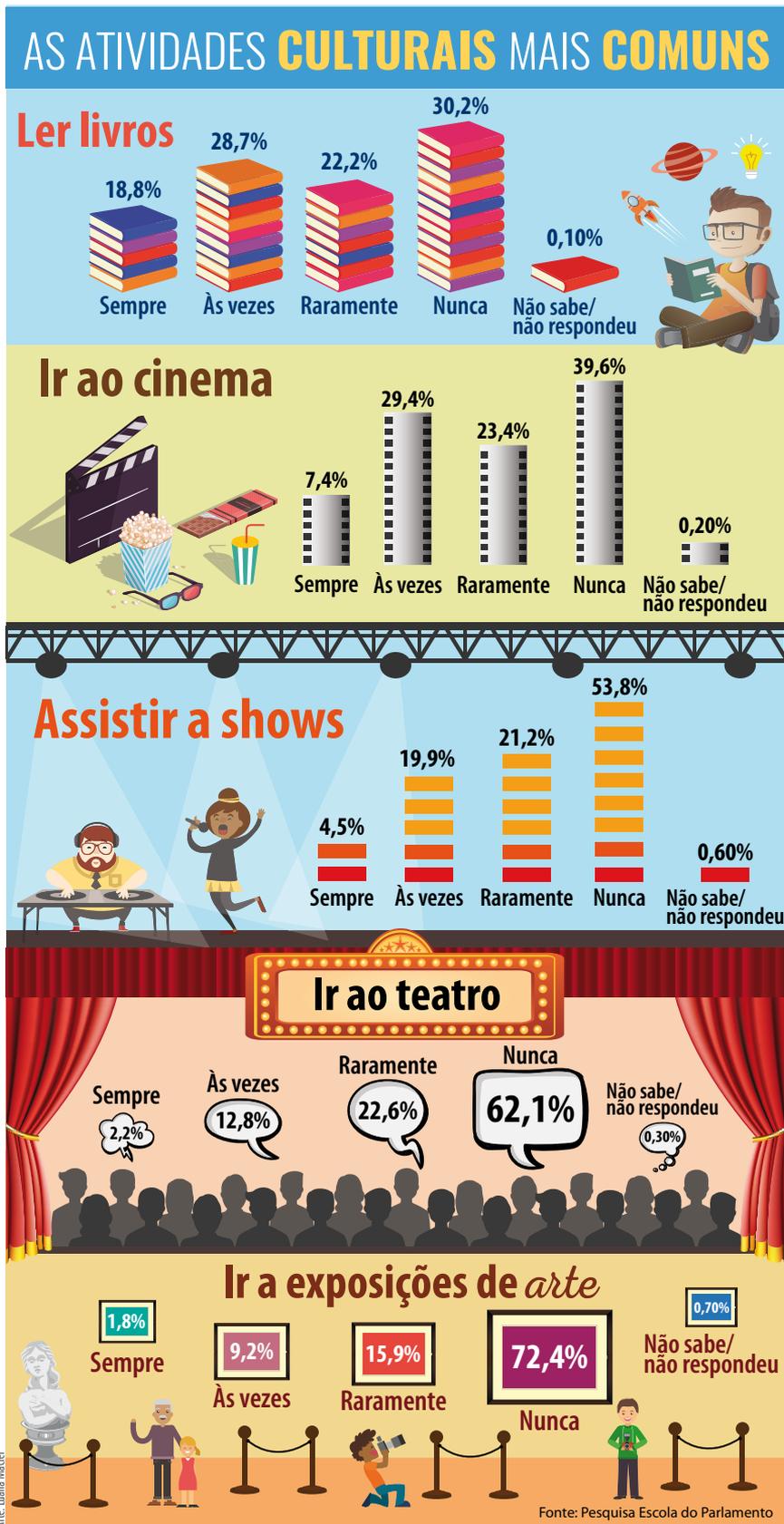
outro, a coleta de lixo está relacionada ao transporte, uma geração colhe os frutos das decisões tomadas pela anterior. O setor público, geralmente, tem outra cabeça. “O jeito com que o poder público se estrutura para gerenciar uma cidade é muito departamentalizado, tem várias caixinhas e competências em cada órgão. O desafio é como dar fluidez a uma lógica de gestão que vem dessa tradição tão segmentada”, aponta a pesquisadora.

De acordo com o vereador Ricardo Young (Rede), sustentabilidade é “antes de mais nada, saúde”. Para Young, “uma cidade sustentável é uma cidade saudável, que tem um desenvolvimento harmônico, regenerador de serviços ambientais, que possibilite o combate à desigualdade social”.

Algo muito utópico, parecido demais com o paraíso? Na visão do vereador, o risco de não buscar o paraíso é cair direto no inferno. Com

o “processo de urbanização caótico das últimas cinco décadas”, explica, São Paulo e as demais metrópoles “se transformaram em verdadeiros buracos negros, que absorvem tudo à sua volta: água, alimento, energia, ar. E não conseguem repor nada”.

É uma conta que não fecha, e as consequências podem ser trágicas. “Se não transformarmos as cidades em sustentáveis, vamos entrar num colapso”, prevê Young, ao alertar



PODER • Vereadora Juliana Cardoso: “o povo sabe muito bem se organizar”

para o risco, se nada for feito, de não haver São Paulo em 2030 para que se debata sustentabilidade.

COMO REUNIR CIDADES

Para finalizar a SP 2030, o último debate, em 27 de junho, abordou o tema “governança metropolitana”: o desafio de reunir os 39 municípios da Grande São Paulo na criação de políticas em comum para problemas que afetam a todos.

“A necessidade de um planejamento articulado para as questões que atingem a região metropolitana é fundamental, senão ficamos reféns de improvisos”, afirma o presidente da CMSP, vereador Antonio Donato (PT). Enquanto não se criam estruturas de governança metropolitana, os municípios vão se virando como podem para dar conta dos problemas, com soluções que acabam sendo ruins para todos. Donato exemplifica: “metade do lixo coletado na capital é depositada em Caieiras e isso ocorreu sem qualquer arranjo;

Arte: Juana Maciel

Fonte: Pesquisa Escola do Parlamento

São Paulo gasta mais dinheiro no transporte do material e Caieiras não recebe qualquer contrapartida”.

Como São Paulo é muito maior do que as demais cidades da metrópole, Donato sugere a criação de uma instância que junte à mesa os representantes dos 39 municípios e das 32 subprefeituras paulistanas. “Precisamos de estruturas que dialoguem com as políticas locais”, sugere. Na prática, e à margem do Estado, já há grupos que fazem isso. “Na diocese do bairro do Campo Limpo, que abrange cidades como Embu e Itapeverica da Serra, o bispo criou uma estrutura para articular políticas na região negociando com a Subprefeitura e as Prefeituras”, afirma o presidente.

Um exemplo do desequilíbrio metropolitano, levantado pelo urbanista Anderson Kazuo Nakano, professor do programa de pós-graduação em Direito Imobiliário da FGV-SP, é o modelo de condomínios fechados distantes da região central. Além de altamente dependentes dos carros

DESAFIO

Para vereador Police, setor público tem dificuldade para lidar com inovação



Equipe de Eventos/CMSP

e, portanto, geradores de trânsito e poluição, esses condomínios levam à proliferação de favelas e loteamentos irregulares em suas vizinhanças, formados pelas pessoas pobres que vão trabalhar nos prédios. “Precisamos superar isso e fazer as cidades crescerem para dentro, com um adensamento equilibrado”, aponta Nakano.

No fundo, segundo o urbanista, não importa o tamanho das cidades. “Tudo é uma questão de planejamento territorial, de como distribuir oportunidades para o maior número de pessoas e na maior quantidade possível de lugares. É possível fazer isso numa cidade pequena, grande ou média”, explica.

A criação de autoridades metropolitanas não é uma tarefa fácil, a julgar pelas afirmações de Mariana Mencioni, professora-adjunta de Direito Ambiental e Urbanístico da UFABC. “A construção da autoridade metropolitana traz um germe de conflito, porque sempre temos uma grande questão a resolver: de um lado a economia local e de outro o interesse metropolitano com relação à partilha entre Estado e município”, diz Mencioni.

A professora questiona como o Estado vai trabalhar na instituição de uma região metropolitana sem suprimir a autonomia de cada cidade. Um dos que vêm buscando responder na prática a questões como essa é o engenheiro Luís Paulo Bresciani, secretário-executivo do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Criada em 1990, a entidade reúne os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra para planejamento, articulação e definição de ações de caráter regional.

“Toda trajetória do Consórcio envolve a formação de consensos,



Ricardo Rocha/CMSP

ALERTA • Vereador Young: “se não virarmos sustentáveis, entraremos em colapso”

numa visão de curto, médio e longo prazo”, explica Bresciani. Entre os desafios, a busca de pontos comuns entre diferentes partidos e municípios de tamanhos desiguais. Uma das estratégias é variar a presidência da entidade. “Todos os sete integrantes já presidiram o Consórcio”, diz.

O passo mais importante, segundo o secretário, é montar planos metropolitanos para áreas estratégicas, como resíduos sólidos e, principalmente, mobilidade. “A região metropolitana de São Paulo é a única grande metrópole do planeta que não tem uma política de transporte integrada”, ressalta. De acordo com Bresciani, “essa é uma questão urgente”. Que, espera-se, esteja resolvida antes de 2030. 

SAIBA MAIS

Site

Acesso aos vídeos dos debates e relatórios da pesquisa:

www.camara.sp.gov.br/sp2030

Médico dos ricos, voz dos pobres

Aos 50 anos e com carreira consolidada, ele se tornou vereador para denunciar os abusos do governo em plena ditadura

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Ephraim de Campos formou-se em Medicina em 1940 e logo abriu um consultório que renderia bastante dinheiro e o tornaria bem conhecido no bairro da Lapa, na zona oeste da capital paulista. A clínica virou um pequeno hospital, onde, com a esposa Lygia, atendia pacientes que podiam pagar e também quem não tinha condições. Bom ouvinte, recebia operários e operárias, além de gente rica. Certo dia, durante a ditadura militar, uma professora aflita chegou contando que a polícia havia prendido e estava torturando um menino de 14 anos.

O médico foi ao Departamento de Ordem e Política Social (Dops), a polícia de inteligência e repressão aos opositores do regime militar, e ouviu do delegado: “agora tudo pode, fazemos o que queremos”. Presbiteriano,

achou que era seu dever denunciar a violência. Levou a sério a missão e resolveu concorrer a vereador. Foi eleito em 1968 para a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP).

Três anos depois, voltou ao Dops, detido exatamente por conta de um discurso feito em Plenário no dia 5 de maio de 1971, quando leu um manifesto sobre o Dia dos Trabalhadores assinado por 25 sindicatos paulistanos. “Entre os anos de 1965 e 1968, como os salários não foram reajustados na mesma proporção da elevação do custo de vida, sofremos um prejuízo da ordem de 35% a 45%, conforme a região geoeconômica”, dizia a carta. Outro trecho do texto pedia reforma agrária.

Na sessão de 22 de março de 1972, em uma fala que o Dops considerou “incriminada”, criticou o prefeito





CORAGEM
Nem mesmo as nove detenções
pelo Dops calaram o ex-vereador

paulistano José Carlos de Figueiredo Ferraz por acabar com incentivos fiscais para os que tinham apenas uma residência na cidade: “se Sua Excelência lançasse 300% ou 200% em cima de mim, que sou filho de família rica, que nasci em berço de ouro sob dossel azul, estaria muito certo. Mas lançar às costas dos moradores da Vila Pirituba, da Lapa, da Vila Romana o aumento de 100% é com o que não concordo”.

Vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de 1969 a

1972, o forte de Ephraim foi mesmo sua voz. Uma reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* mostrava que o médico havia sido um dos cinco vereadores mais atuantes na Tribuna da CMSP em 1971, segundo levantamento do próprio Legislativo.

Os frequentes discursos do parlamentar, ricos em dados e números, eram geralmente alinhados com as ideias do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e “difundidos pela direção do Partido entre suas organizações de base e comitês”, como

aponta registro do Dops. Por ser obrigado a atuar na ilegalidade, o Partidão, como era chamado, buscava eleger seus representantes em outros partidos: nos anos 70, a opção era o MDB, legenda de oposição à ditadura tolerado pelo governo. No caso de Ephraim, havia um acordo com os comunistas, que previa apoio ao médico nas eleições em troca de contribuições de metade dos vencimentos como vereador e um trabalho político, na Câmara, em conformidade com a linha comunista.

Perfil) Ephraim de Campos

“E, de fato, eleito, adotou uma política de acordo com os interesses do Partido, (...) proferindo discursos integrados na linha do PCB”, menciona um documento do Dops publicado no *Projeto Brasil Nunca Mais*.

Quem orientava Ephraim sobre o que deveria ser dito era Moacir Longo, dirigente paulistano do Partido Comunista à época. “Ele seguia as orientações do PCB nos discursos usando a linguagem do MDB, mas o mandato era pautado pelas próprias iniciativas dele, era uma pessoa preparada”, explica Longo. “Ephraim teve uma atuação muito boa na Câmara; era muito respeitado não só pelo

comportamento político, mas como pessoa, muito afável, doce, de relação excelente com os colegas”, completa.

COMUNISTA NA CÂMARA

“Antes do golpe militar no Brasil, Ephraim não era propriamente militante, era simpatizante contribuinte do PCB, aparecia em alguns atos e dava contribuição mensal”, conta Moacir Longo, eleito vereador de São Paulo em 1963, mas que teve o mandato cassado no ano seguinte pelos militares.

A única ligação prévia com o mundo político que ficou na lembrança do filho Ephraim de Campos

Júnior é que o pai era seguidor do ex-interventor paulista, ex-governador e ex-prefeito Ademar de Barros. Uma menção do Dops confirma essa afirmação: em 1958, um informante da polícia teria dito que Ephraim era representante do Partido Social Progressista (PSP, a sigla de Ademar) na Lapa e havia participado com o ex-prefeito da inauguração de iluminação pública de várias ruas naquele bairro. O curioso é que, embora Ademar tenha se aliado ao PCB no começo da sua vida política, depois adotou uma forte retórica anticomunista e teve papel importante na articulação do golpe de 1964.

ENTRE O BISTURI E O PALANQUE

6/8/1917
Nasce em Santa Cruz do Rio Pardo (SP)

1940
Forma-se em Medicina na USP e abre consultório

1942
Casa-se com a médica Lygia Lucia de Campos

1968
Começa a militar no PCB

1969
Assume como vereador pelo MDB

11/5/1971
É detido por causa de discursos feitos na CMSP

15/8/1972
É detido no Plenário da Câmara

13/9/1972
Ao Dops, promete não tentar a reeleição

15/12/1972
Renuncia ao mandato na Câmara

8/12/1995
Morre em Águas de Lindoia (SP)



FORMADO
Em 1940, quando concluiu a
faculdade de Medicina na USP

Em 1968, Ephraim filiou-se ao PCB, do qual se tornou um dos diretores na capital. “Era muito lúcido, ajudava muito nas discussões com suas opiniões”, diz Longo. Algumas das reuniões clandestinas dos comunistas chegaram a ser feitas em locais cedidos pelo próprio médico, no litoral paulista e na Rodovia Raposo Tavares. Ainda assim, mantinha a discrição sobre suas atividades políticas, mesmo em família. Júnior recorda de o pai ter dito, apenas uma vez, que a “moçada da luta armada ia se arrebentar”, ao criticar a resistência com armas contra a ditadura. Em casa, o assunto era quase unicamente Medicina, já que Ephraim e a esposa, Lygia Lucia de Campos, eram profissionais da área e ex-colegas da Universidade de São Paulo (USP).

Ele vivia intensamente sua profissão e fazia dinheiro desde que terminou a faculdade. “Naquela época, a medicina particular tinha mais renda, o médico de bairro tinha uma remuneração enorme e ele era um médico tradicional, respeitado na Lapa”, diz o vereador Gilberto Natalini (PV), que ainda estudava Medicina quando esteve preso com Ephraim.

O médico comunista também atendia em postos de saúde públicos. Num inquérito do Dops, há uma declaração assinada em 29 de novembro de 1972 pelo então prefeito de Cajamar (região metropolitana de São Paulo), Juvenal Ferreira dos Santos, na qual descreve a falta que Ephraim estava fazendo à população desde que fora detido: “este município necessita de seus serviços profissionais, pois atende gratuitamente, em cada vez que vem, cerca de 30 crianças, filhas de pessoas pobres que não têm condições de pagar um médico”. Segundo o documento, nenhum outro profissional queria assumir a vaga por causa da dificuldade de acesso.

“Ephraim não precisava de política, veio trazer o partido comunista para dentro da Câmara Municipal”, analisa Natalini. Ephraim Júnior concorda: “meu pai ganhou muito dinheiro com a Medicina, era rico, entrou na política por acreditar no que estava fazendo”. Edu, como Ephraim era chamado pelos comunistas para esconder sua verdadeira identidade, introduziu o PCB na Câmara por causa de um convite feito pelo partido. “Ele era uma pessoa limpa, até então sem prontuário no Dops como subversivo, por isso o partido comunista decidiu conversar com ele para ver se aceitaria disputar eleição pelo MDB”, lembra Moacir Longo.

A eleição de 1968 seria mais concorrida do que a anterior, porque o número de cadeiras na CMSP havia caído de 45 para 21 graças à Constituição Federal de 1967. Assim, a estratégia do PCB foi concentrar todos os esforços na candidatura do médico. “Para nossa surpresa, naquele quadro de dificuldade, com muitos militantes recuados e outros presos, Ephraim teve uma votação surpreendente”, recorda-se Longo. O médico contou com o expressivo apoio de 20.597 eleitores. Para se ter uma ideia, nas eleições de 2016 cinco vereadores eleitos tiveram menos votos, sendo que hoje



COMPANHEIRA
A recifense Lygia Lucia, esposa de Ephraim e sua caloura na Faculdade de Medicina

a cidade tem o dobro do número de habitantes em relação àquela época.

Enquanto foi vereador, Ephraim trouxe à vida pública pelo menos um importante político contemporâneo: o ex-governador de São Paulo Alberto Goldman, então militante do PCB. “Ele foi um dos responsáveis pelo meu primeiro resultado eleitoral (a vitória como deputado estadual pelo MDB em 1970), que me permitiu começar a carreira política. Inesquecível”, conta Goldman.

MEMÓRIAS DOLORIDAS

Por causa da política, Ephraim foi detido nove vezes e passou 110 dias na cadeia. A detenção mais violenta foi em 15 de agosto de 1972, quando o levaram do Plenário da Câmara acusado de subversão, por alegadamente pertencer aos quadros do PCB. “Injetaram pentotal sódico,

a droga da verdade, em meu pai para que confessasse alguma coisa comprometedora”, diz Ephraim Júnior, que é advogado. O filho acredita que os procedimentos de tortura contribuíram para que o pai tivesse demência senil aos 62 anos de idade. “Na saída do Presídio Tiradentes (hoje extinto), estava bastante arreventado, gasto, puído, não foi mais o mesmo”, lamenta.

Segundo relato de Natalini, detido na cela em frente à de Ephraim, o então vereador ficou muito machucado e sofreu mais por ser mais velho que a maioria dos outros presos políticos. “Parece que tinham pisado no peito dele, quebrado costelas; era a notícia que corria por lá”, relembra. Natalini também conta que, nos intervalos entre as torturas e os banhos de sol, Ephraim jogava

xadrez “por telepatia” com um colega de outra cela, para matar tempo.

Júnior teve que ajudar o pai procurando amigos advogados e políticos para “não deixar sumirem com ele”. Para evitar a tragédia, a luta era no sentido de que os militares ao menos assumissem que tinham levado o parlamentar. Apesar de terem sido bastante afetados pela situação, os filhos Júnior, seu irmão mais novo, Joaquim, e a irmã mais velha, Lídia, jamais questionaram por que o pai entrou para a política, já que tiveram uma criação rígida. Nem a mãe, Lygia Lucia de Campos, conseguiu interferir. “Naquela época, as mulheres não tinham voz ativa, choravam muito e pediam, sem adiantar... Era um desespero”, diz Júnior. Entre suas memórias doloridas, está a de ter queimado a obra completa de Karl Marx, que

FAMÍLIA

Ephraim com a esposa, Lygia (à esquerda), e a cunhada Aspásia Ada



pertencia ao pai, para que os militares não a encontrassem enquanto Ephraim estava preso.

Outro esforço de Júnior foi ter ajudado o pai a criar um texto em que afirmava só ter tido prejuízos com a entrada na vida pública. O objetivo era despistar os militares. “Nos anos que restam da minha vida desejo equilibrar meus negócios particulares, que sofreram rude golpe desde que me meti nessa política, isto é, desde o primeiro semestre de 1968”, aponta um trecho da carta escrita a mão. Afirmou, ainda, que abriria mão de voltar a falar na Tribuna da Câmara ou a jornalistas.

Apesar de ter sido feita sob pressão, a promessa começou a ser cumprida em 15 de setembro de 1972, com a primeira de uma série de afastamentos da Câmara, solicita-

dos pelo vereador. Seis dias antes, *O Estado de S. Paulo* publicou um ultimato dado pelo presidente da CMSP, Carlos Eduardo Sampaio Dória: “Se não chegar à Câmara Municipal pedido de licença do vereador Efraim de Campos, do MDB, a Mesa do Legislativo paulistano convocará o suplente da bancada (...), [atitude] necessária para regularizar a situação anômala criada em Plenário e nas comissões técnicas, desde que Efraim foi preso por autoridades policiais”. Efraim, grafado com efe, era o nome parlamentar adotado pelo médico, que durante todo o mandato presidiu a Comissão de Higiene e Saúde Pública da CMSP e foi vice-presidente ou membro da Comissão de Finanças e Orçamento. Suas ausências dificultavam as deliberações nessas importantes comi-

sões e deixavam o MDB desfalcado nas votações em Plenário.

Antes de retornar das licenças, atribuídas a “assunto particular”, Ephraim deixaria de vez o Legislativo. Em 15 de dezembro de 1972, o presidente Sampaio Dória leu no Plenário a carta em que o comunista se despedia da Câmara: “Com o fim de formalizar a reversão ao serviço público, comunico a Vossa Excelência que renuncio ao mandato de vereador, visto que já estou licenciado do mesmo até seu término”.

FINAL DA LUTA

Um inquérito do Dops mostra que, nos interrogatórios militares, o médico era retratado por colegas de militância como um opositorista à ditadura, mas sem vínculos partidários profundos. A ideia dos companhei-



RECONHECIMENTO
Ephraim (à direita) recebe de Alberto Goldman a Medalha Anchieta, em 1985

Arquivo pessoal



DESCANSO
Em seu sítio, Ephraim passava o dia cuidando de animais e plantas

ros era poupar o vereador para que ele pudesse concorrer à reeleição e representar os comunistas por mais quatro anos na Câmara Municipal.

Diminuir o papel de Ephraim no PCB teria facilitado sua absolvição no mesmo processo que também condenou Longo e outro companheiro de partido, Alberto Negri. “Os policiais percebiam que ele não era comunista casca grossa, e não era mesmo; só cumpriu bem uma tarefa num determinado momento, mas sem essa militância que normalmente o pessoal que ia preso na época tinha”, explica Longo. Mesmo nas fases de maior envolvimento com a legenda comunista, o médico seguia dividindo seu tempo com o trabalho. “Efraim de Campos somente não tem tarefas maiores no PCB porque sua vida pública toma muito

EFEITO • Para Ephraim Júnior, o tratamento recebido pelo pai na cadeia causou devastação precoce do cérebro



Ricardo Rocha/CMSP

tempo, bem como sua clínica”, disse Negri ao Dops, em julho de 1972.

Companheiros de militância e militares já contavam com uma segunda candidatura e vitória de Ephraim. Uma ficha do Dops contém a seguinte anotação, após depoimento de Negri: “O vereador Efraim de Campos realmente foi eleito e será reeleito por ser bastante conhecido no PCB e contribuir sempre com importâncias em dinheiro para o PCB e para a despesa de presos políticos que estão sendo processados”.

Em outro documento, os agentes do Dops relatam a confissão do próprio vereador sobre suas intenções: “Ephraim de Campos confirma ter entregue a Alberto Negri, desde janeiro de 1972, diversas contribuições, porque ‘havia contratado com ele a impressão dos seus discursos na

TRANQUILIDADE

Ephraim passou os últimos anos de vida no sossego de Águas de Lindoia



Arquivo pessoal



HERDEIROS • Os três filhos de Ephraim: Júnior, Lídia e Joaquim

Câmara de Vereadores, assim como de volantes de propaganda eleitoral”. O Dops ainda ressaltou que os panfletos da campanha de Ephraim faziam críticas a atos do governo.

Para garantir que a reeleição não se concretizasse, a Justiça Eleitoral impugnou a nova candidatura de Ephraim no dia 3 de outubro de 1972, mesma data em que ele foi preso novamente. As eleições ocorreram em 15 de novembro, sem que o médico pudesse concorrer. Ele, aliás, jamais voltaria a tentar um cargo público. Em 1985, recebeu a Medalha Anchieta e Diploma de Gratidão da Cidade, concedidos por iniciativa do vereador Luiz Tenorio de Lima. Na cerimônia, foi lida uma frase dita por Ephraim quando voltou integralmente para a Medicina: “Agora há liberdade. Eu não preciso mais falar, pois há muita gente pra falar. É a vez de a mocidade continuar nossa luta”.

Longe da política, Ephraim mudou-se para o sossego de Águas de Lindoia, no interior do Estado de

São Paulo. Em dezembro de 1995, aos 78 anos, morreu de pneumonia e insuficiência respiratória. Para Júnior, naquele momento o pai estava “reduzido a uma sombra do homem de grande capacidade intelectual que era”, por causa das torturas que afetaram sua mente. Outras marcas, porém, ficaram na história de Ephraim de Campos. Uma delas foi a resistência e a ousadia com que expôs os ideais comunistas ao longo de quase quatro anos como vereador, sob a vigência do Ato Institucional nº 5, que deu início ao período mais rígido da ditadura militar. 

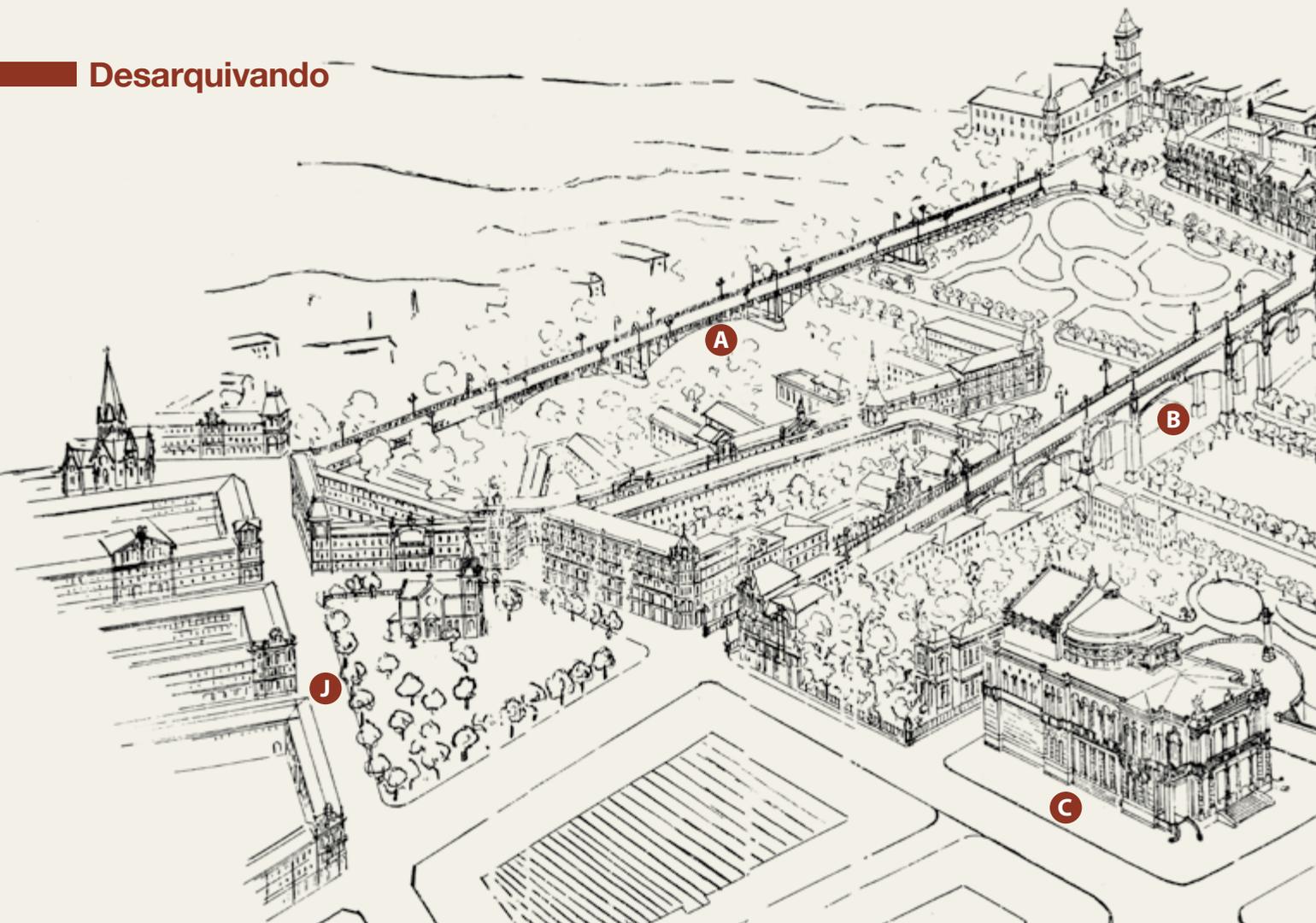
SAIBA MAIS

Site

Brasil Nunca Mais Digital
bnmdigital.mpf.mp.br

CONTEÚDO EXTRA NO SITE DO

Centro de Memória da Câmara
www.camara.sp.gov.br/memoria



Vale da discórdia

Vereador Silva Telles foi o primeiro a propor transformar o Anhangabaú em parque, mas na época muita gente foi contra

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Os paulistanos estavam entusiasmados em 1906. O grande teatro da cidade, o Municipal, estava em construção e iria rivalizar com as maiores casas de espetáculo da Europa. O local escolhido para abrigar a casa de espetáculos foi o Morro do Chá, próximo a uma das cabeceiras do viaduto de mesmo nome e em uma das encostas do Vale do Anhangabaú.

Embora o clima fosse de euforia, o vereador Augusto Carlos da Silva Telles chamou a atenção para um ponto

negativo. Segundo ele, ao chegar ao teatro os frequentadores teriam uma visão nada agradável do fundo das casas humildes localizadas na Rua Líbero Badaró, do outro lado do viaduto. “Gastamos muito dinheiro com a construção do grande teatro, não é possível que fique com vista somente para o fundo das casas”, reclamou Silva Telles da Tribuna da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), em 15 de setembro de 1906. A solução proposta por ele foi criar um parque no local. Estava

NO PAPEL • Desenho do projeto de Silva Freire mostra como ficaria a região central após a reforma



Arquivo CUSP

LEGENDA

- A** Viaduto Santa Ifigênia
- B** Viaduto sobre a Av. São João (não foi construído)
- C** Theatro Municipal
- D** Viaduto do Chá
- E** Teatro São José (demolido)
- F** Praça Antônio Prado
- G** Praça do Patriarca
- H** R. Líbero Badaró
- I** Travessa do Grande Hotel (futura R. Miguel Couto)
- J** Ligação a ser feita entre a R. Onze de Julho (atual D. José de Barros) e o Largo Santa Ifigênia
- K** Jardins

dado o pontapé inicial de uma questão que duraria décadas: o que fazer com o Vale do Anhangabaú?

Silva Telles apresentou, então, indicação para que fossem realizados o tratamento paisagístico e a abertura de “uma rua artisticamente traçada” no local, além do alargamento da Líbero Badaró. Também sugeriu que as novas construções tivessem uma fachada de frente para o Vale. O vereador acreditava

que essas obras criariam “o complemento indispensável ao belo e imponente Theatro Municipal”.

Na época, o Ribeirão Anhangabaú já estava canalizado e os paulistanos não viam mais suas águas. No vale, havia apenas os quintais das casas e terrenos baldios. Era uma paisagem que combinava com o nome que os indígenas haviam dado ao riacho: em tupi, Anhangabaú significa “rio das maldades do diabo”,



TRANSFORMAÇÃO • Plantações de chá e agrião em 1910 no Vale do Anhangabaú (foto à esq.), que após urbanização passou a ser parque e um dos endereços mais elegantes da cidade, com os Palacetes Prates, que sediaram a CMSP, a Prefeitura e o Automóvel Club de São Paulo (em foto de 1927, à dir.)

porque os indígenas acreditavam que as águas do local provocavam doenças físicas e espirituais.

O EXEMPLO ESCOCÊS

O prefeito Antônio Prado se animou com a ideia de uma grande reforma no Centro velho e do embelezamento do Vale do Anhangabaú. Em 1907, solicitou ao diretor de Obras Municipais, Vítor da Silva Freire Jr., e ao vice-diretor, Eugênio Guilhem, a elaboração de um projeto.

Três anos depois, a proposta foi apresentada e continha muitas das ideias do vereador Silva Telles. Em linhas gerais, previa o ajardinamento do Vale do Anhangabaú, o alargamento da Avenida São João, o prolongamento da Líbero Badaró, a construção de um viaduto ligando o Pátio do Colégio à Rua Boa Vista e a criação de uma praça (futura Praça do Patriarca). Além de embelezar a cidade, o projeto tinha o objetivo de diminuir os engarrafamentos de automóveis no Centro, que na época já eram enormes.

Na Rua Líbero Badaró haveria uma grande mudança se o projeto

da Prefeitura fosse concretizado. Seria proibido construir no lado que dava para o Vale do Anhangabaú, permitindo que todos tivessem uma vista do futuro parque. No local, haveria um mirante.

As justificativas para as mudanças foram compiladas na publicação *Melhoramentos da cidade de S. Paulo*, lançada em 1911 e parte do acervo do Arquivo Geral da CMSP. No documento, Guilhem faz elogios a Glasgow, maior cidade da Escócia, por ter criado muitos parques. “Devemos imitar os escoceses, ajardinando as zonas mais próximas do Centro e principiando pelo embelezamento do Vale que separa a parte animada e comercial da cidade dos bairros – hoje mais tranquilos e sossegados, amanhã mais animados e movimentados – de Higienópolis, Campos Elísios, Barra Funda, Bom Retiro”, defendeu o vice-diretor.

Na mesma publicação, o diretor Vítor Freire Jr. aponta que, quando a reforma fosse concluída, o Centro estaria preparado “para acudir às exigências do tráfego naturalmente

crescente, durante longo prazo de tempo” e teria “um logradouro de aspecto original, como os que procuram modernamente constituir as cidades mais adiantadas”.

Uma cópia do projeto foi encaminhada ao presidente (governador) do Estado, Manoel Joaquim de Albuquerque Lins. “O fato de ter o Congresso do Estado autorizado o governo a aplicar 10 mil contos de réis nesses melhoramentos faz com que me dirija a vossa excelência”, justificou o prefeito Antônio Prado, que estava deixando o cargo. Segundo ele, o plano era recomendável não só porque daria ao Centro o aspecto de uma cidade moderna, próspera e civilizada, mas porque atenderia à urgente necessidade de facilitar as comunicações da região central com os bairros de que estava separado pelo Vale do Anhangabaú.

Albuquerque Lins, porém, não se mostrou muito entusiasmado com o projeto e divulgou em janeiro de 1911 sua proposta. O plano, elaborado pelo engenheiro Samuel Augusto das Neves, construtor famoso na

1927



Fotos: Acervo Fundação Energia e Saneamento

O primeiro urbanista

O engenheiro Augusto Carlos da Silva Telles, no período em que foi vereador de São Paulo (1905 a 1914), tratou de temas urbanísticos que ainda não eram muito discutidos. Por isso, é considerado o primeiro urbanista do País, mesmo que na época ainda não se utilizasse esse termo. Segundo afirma José Geraldo Simões Júnior, no livro *Anhangabaú: história e urbanismo*, “seus discursos e proposições sempre foram marcados pela fundamentação urbanística, realizando análises sob um ponto de vista amplo, numa postura bastante diferenciada de seus colegas da Câmara”.

Em 28 de julho de 1906, por exemplo, defendeu que a Light, empresa responsável pelo abastecimento elétrico da cidade, substituísse “as linhas aéreas por canalização subterrânea”. Ainda hoje essa questão é discutida na capital paulista.

Em uma época em que a cidade crescia muito, Silva Telles chamou a atenção para o cuidado necessário quando se abre uma rua. “Deve-se atender, sempre, tanto quanto possível, que uma rua que se pretende abrir represente a satisfação de uma necessidade pública: a necessidade natural de expansão da cidade, um melhoramento na circulação ou mesmo um embelezamento”, afirmou da Tribuna da CMSP em um pronunciamento da época.

Silva Telles morreu em 1923, mas seus descendentes continuaram a fazer parte da história de São Paulo. Seu filho Goffredo Teixeira da Silva Telles foi vereador e prefeito de São Paulo e seu neto Goffredo da Silva Telles Júnior escreveu, em 1977, a *Carta aos brasileiros*, manifesto em que juristas destacados condenavam o regime de exceção e apelavam pelo estado de direito.

cidade, coincidia com o da Prefeitura em vários aspectos. Mas apresentava algumas alterações: no Vale do Anhangabaú, haveria uma avenida arborizada com três pistas e prédios e, na Líbero Badaró, seriam permitidas construções nos dois lados.

O diretor de Obras Vítor Freire Jr. foi pego de surpresa e não gostou nada do projeto do governo do Estado. Passou a criticá-lo e acusou os autores do plano de o terem feito às pressas, sem levar em conta aspectos estéticos.

O historiador Roberto Pompeu de Toledo, no livro *A capital da vertigem*, explica que, além de questões urbanísticas, também havia interesses particulares em jogo. O empresário Eduardo da Silva Prates, o conde Prates, era um dos principais defensores das propostas da Prefeitura e tinha um bom motivo: havia herdado do sogro, Joaquim José dos Santos Silva, o barão de Itapetininga, imóveis na Líbero Badaró e terrenos nos dois lados do Vale do Anhangabaú. Assim, Prates tinha muito interesse em que fossem permitidos prédios nos locais.

ARBITRAGEM INTERNACIONAL

Para resolver o impasse, Vítor Freire sugeriu que um especialista internacional decidisse a questão. O nome indicado foi o do prestigiado diretor honorário dos Serviços

PRESENTE • Atualmente um calçadão com jardins e esculturas, vale é palco de atividades políticas e culturais



Josef Cardozo/SP/Plus

de Arquitetura e dos Passeios, da Viação e do Plano de Paris, Joseph-Antoine Bouvard. Após a sugestão ser aceita pela Prefeitura e pelo governo do Estado, o paisagista francês passou 40 dias em São Paulo estudando a topografia, as construções e o trânsito da cidade.

Em 15 de maio de 1911, Bouvard apresentou seu relatório ao prefeito Raimundo Duprat, o barão de Duprat, que mandou uma versão traduzida para a Câmara Municipal. No documento, hoje guardado pelo Arquivo Geral da Câmara, Bouvard basicamente dá razão ao projeto da Prefeitura. Explica sua forma de trabalhar e garante que não havia sido levado “pela impressão do primeiro momento”. O arquiteto também se refere à reforma do Centro como “uma obra notável, que marcará época na história de São Paulo, que será a glória dos poderes públicos que lhe tiverem preparado a realização”.

Bouvard ainda fez questão de enfatizar a necessidade de espaços verdes, pois, segundo ele, “mais a população aumentará, maior será a densidade da aglomeração, mais cres-

cerá o número de construções, mais alto subirão os edifícios, maior se imporá a urgência de espaços livres, de praças públicas, de jardins, de parques”. Na conclusão, afirma que havia chegado o momento de São Paulo entrar com “resolução no caminho que é traçado pelo seu rápido movimento de progresso”. E aconselha: “esta capital deve, hoje, sem tocar no passado, sem negligenciar o presente, cuidar do futuro, traçar o programa de seu crescimento normal, do seu desenvolvimento estético”.

PROJETO BOUVARD

Os defensores do projeto de Samuel das Neves também ficaram satisfeitos com a proposta de Bouvard, pois liberava a construção de prédios na Rua Líbero Badaró, desde que mantivessem um espaço entre cada um para não impedir a vista do Parque Anhangabaú.

Os vereadores aprovaram o Projeto Bouvard no final de 1911. Por questões orçamentárias, as obras demoraram a ser iniciadas e mais ainda para ser concluídas. O Parque Anhangabaú, por exemplo, só foi inaugurado em

1917, mesmo assim inacabado. Como admitiu o então prefeito Washington Luís em relatório enviado à CMSP, “as obras de arte, os grandes terraços, as fontes luminosas, as obras propriamente de embelezamento” poderiam esperar “tempos melhores”.

A própria Câmara Municipal funcionou na região, juntamente com a Prefeitura, em um dos edifícios gêmeos conhecidos como Palacetes Prates, situados na Rua Líbero Badaró e propriedades do conde Prates. Os prédios foram projetados por Samuel das Neves e por seu filho, o arquiteto Cristiano Stockler das Neves. A Câmara ficou ali até 1969, quando foi inaugurado o Palácio Anchieta, atual sede.

Depois de tantas discussões sobre as questões estéticas, o progresso de São Paulo não respeitou o Parque Anhangabaú. Na década de 1930, devido ao Plano de Avenidas do prefeito Prestes Maia, a área verde foi cortada por três vias expressas destinadas a veículos: as avenidas Nove de Julho, Vinte e Três de Maio e Tiradentes.

Atualmente, o tráfego passa por túneis. Na superfície, entre os Viadutos do Chá e de Santa Ifigênia, há um enorme calçadão com jardins e esculturas. E o Vale do Anhangabaú passou a ser palco de muitos eventos culturais e manifestações políticas, que atraem grande público. 

SAIBA MAIS

Livros

A capital da vertigem: uma história de São Paulo de 1900 a 1954. Roberto Pompeu de Toledo. Objetiva, 2015.

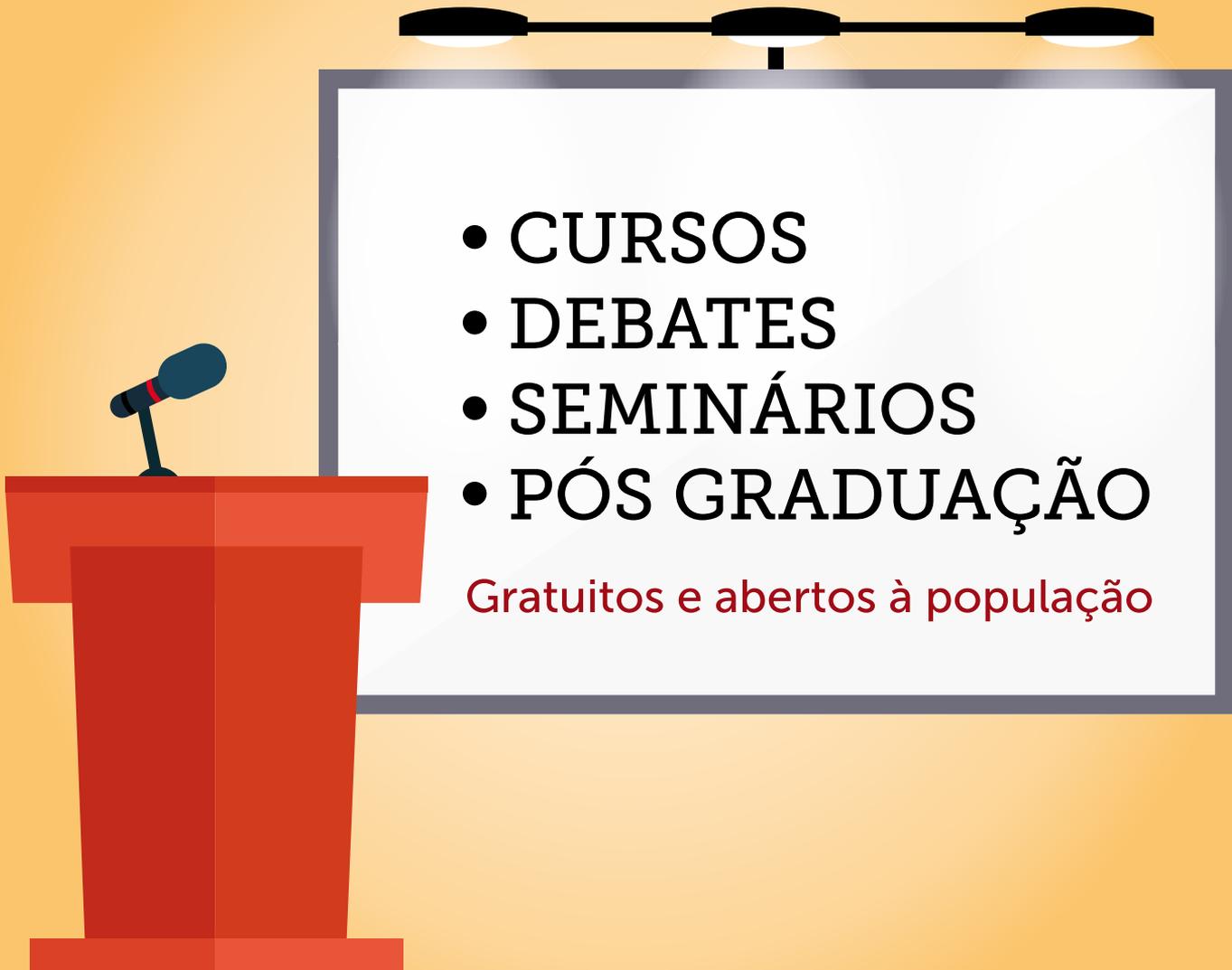
Anhangabaú: história e urbanismo.

José Geraldo Simões Júnior. Senac São Paulo e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

Anhangabaú. Benedito Lima de Toledo. Fiesp, 1989.



ESCOLA DO
PARLAMENTO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 
- CURSOS
 - DEBATES
 - SEMINÁRIOS
 - PÓS GRADUAÇÃO

Gratuitos e abertos à população

 /eparlamento

 @e_parlamento

www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento
escoladoparlamento@camara.sp.gov.br
Telefone: 3396.4960



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

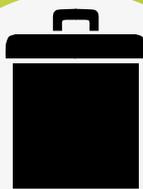
Com o AEDES AEGYPTI

**NÃO SE PODE
BRINCAR**



O *Aedes aegypti*
é transmissor de
doenças graves:

**DENGUE,
FEBRE AMARELA,
FEBRE ZIKA e
CHIKUNGUNYA**



Mantenha lixeiras
bem fechadas



Não deixe água
acumulada



Tampe bem tonéis
e barris d'água



Coloque o lixo em
sacos plásticos



Encha de areia os pratos
de vasos e lave-os
semanalmente



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Comitê Civil contra o *Aedes aegypti*